

RIO GRANDE DO NORTE

Vila Flor, patrimônio em reconstituição



Arquivo SPHAN

Vista parcial do casario de Vila Flor.

A Fundação José Augusto, do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, está executando no povoado de Vila Flor, a 107 quilômetros de Natal, o Projeto de Revitalização do Conjunto Urbano de Vila Flor, com a finalidade de reconstituir e revalorizar um dos mais expressivos e autênticos documentos arquitetônico-urbanísticos do século XVIII. O projeto, que levou cerca de 4 anos para ser elaborado e colocado em prática, conta com o apoio financeiro da SPHAN/Pró-Memória, através do Programa de Cidades Históricas — PCH, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, via Superintendência do Desenvolvi-

mento do Nordeste — SUDENE.

Em linhas gerais, o projeto da Fundação José Augusto compreende o agenciamento da praça central da cidade e a restauração da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, ora em andamento com recursos da SPHAN/Pró-Memória e Governo do Estado. A intervenção na praça prevê a retirada de prédios públicos e particulares — Prefeitura, Câmara e garagem municipais, posto de saúde, mercado público, bar, a sede da Assembléia de Deus e uma residência particular — construídos aleatoriamente, ao longo dos anos, quebrando, no entender dos técnicos responsáveis pelo projeto, “a harmo-

nia do conjunto urbano de Vila Flor, um dos últimos remanescentes das primeiras implantações de nossas vilas e núcleos do século XVIII”. Liberada a praça, serão construídas passarelas para pedestres e calçadas, delimitando a área.

Os prédios públicos serão transferidos para um terreno desapropriado, situado nas adjacências da praça, ao lado da igreja. O posto de saúde encontra-se em construção, e o grupo escolar já está concluído. A desmobilização dos imóveis particulares será negociada com os respectivos proprietários. As demolições serão feitas à medida em que os novos prédios forem

concluídos. A Fundação José Augusto está convencida de que esta ação vai garantir o crescimento urbano de Vila Flor e, ao mesmo tempo, a preservação do patrimônio ali existente.

O projeto prevê, ainda, o aproveitamento de uma residência encravada no terreno desapropriado para adaptação de uma pousada, dotando, dessa maneira, a cidade do mínimo indispensável para a exploração turística que começa a despontar na região, atraída não só pela importância histórico-cultural de Vila Flor, como também pela beleza paisagística da praia da Barra do Cunhaú, distante apenas 5 quilômetros da sede do Município.

RESISTÊNCIA E APROVAÇÃO

A princípio, o projeto da Fundação foi recebido com desconfiança pela comunidade de Vila Flor. Conta o presidente do órgão, Valério Alfredo Mesquita, que a Câmara Municipal colocou-se inteiramente contrária à aprovação do projeto, “por achar que nós iríamos tomar posse da terra, para especulação imobiliária, como chegou a dizer um dos vereadores”. Diante da reação da Câmara, a Fundação partiu para um trabalho de esclarecimento junto aos vereadores. Foram realizadas sucessivas reuniões, com os técnicos do órgão explicando detalhadamente as intenções do projeto.

“O trabalho de persuasão foi bastante penoso, demorado”, diz Mesquita, acrescentando que “felizmente, após os devidos esclarecimentos e desfeitos os mal-entendidos, o projeto foi aceito e aprovado pela Câmara”.

Em sua justificativa, o projeto é tido como prioritário na programação do Estado, “pela necessidade de restabelecer a dignidade de um dos mais característicos logradouros, proveniente de soluções urbanísticas típicas da implantação de nossas vilas e cidades históricas, hoje, na sua quase totalidade, desaparecidas”.

O conjunto urbano de Vila Flor é composto pela Casa de Câmara e Cadeia — construção do século XVIII, tombada e restaurada pelo antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN —, pela Igreja de Nossa Senhora do Desterro — remanescente do mesmo período — e pelo casario circundante, que mantém a mesma solução plástica e o mes-

mo sistema construtivo (taipa de sapo, cobertas com telhas de fabricação manual ou palha, em duas águas). No projeto da Fundação José Augusto, está prevista a reconstituição de fachadas de algumas casas do entorno do largo da Casa de Câmara e Cadeia, a fim de que retomem as características primitivas de sua construção.

A manutenção do núcleo em suas características arquitetônicas e urbanísticas é explicada pelo fato de Vila Flor ser constituída por uma comunidade de poucos recursos. Não tendo dinheiro para construir suas casas em alvenaria, a população (cerca de 3 mil, em sua maioria constituída de velhos e crianças) lança mão das mesmas técnicas construtivas utilizadas quando do surgimento de Vila Flor, por volta de 1769.

O Município tem a base de sua economia na exploração do coco, cana-de-açúcar, milho e feijão — uma produção de subsistência, de “fundo de quintal”. O prefeito Juvêncio dos Santos Cordeiro, 70 anos, natural de Macaé (RJ) e desde 1941 no Nordeste, explica que, até hoje, o sistema de troca de mercadorias é ainda muito comum entre a população. “Aqui — diz ele — dinheiro corre muito pouco. O município é pobre, consequentemente é pobre a sua comunidade”.

TURISMO

Uma das alternativas para o Município aumentar a sua receita é o turismo. A opção é considerada viável, não só

pelo patrimônio histórico-cultural ali existente — “um conjunto de indiscutível importância, pois reúne, num só ambiente, valores arquitetônicos, históricos, artísticos e paisagísticos” — como também pela facilidade de acesso — de Natal à Vila Flor, o acesso é feito através da rodovia federal BR - 101, até Canguaretama, e, a partir daí, pela rodovia estadual RN-269.

Segundo estudos realizados pelo Banco do Nordeste, a BR-101 é considerada como “a rodovia federal mais importante quanto ao turismo para o Nordeste” e, segundo o projeto da Fundação José Augusto, “é indiscutível a importância que poderá representar para o incremento do turismo para Vila Flor e núcleos vizinhos (Canguaretama, Nísia Floresta, Baía Formosa, Arrez, Goianinha e São José do Mipibu)”, formando, dessa forma, “um dos mais destacáveis polos de interesse turístico do Estado, caracterizado pela combinação de atrativos históricos, culturais e naturais.

Em termos de infraestrutura, Vila Flor é servida pela Companhia de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte, que mantém reservatório d'água com capacidade para 106,27 m³/dia e uma rede de distribuição. O Município é servido de energia elétrica proveniente dos geradores da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, sendo sua distribuição e comercialização efetuada pela Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte.



Os imóveis serão retirados do interior da praça.

Da extinção à ressurreição

Município instalado dia e mês não sabido de 1769, a evolução histórica de Vila Flor é expressiva e curiosa, uma vez que é um dos poucos Municípios do Brasil que foi instalado, extinto e, posteriormente, restaurado. A extinção se deu a 19 de julho de 1858, com a transferência da sede para a Vila de Canguaretama. Em 31 de dezembro de 1963, Vila Flor retornou à categoria de Município e desmembrou-se definitivamente de Canguaretama, da qual era um simples Distrito.

A sede do Município é constituída basicamente de uma enorme praça (200 m x 300 m, aproximadamente) circundada por modestas habitações construídas em taipa de sopapo, cobertas com telhas de fabricação manual ou palha, em duas águas. Num canto da praça fica a Igreja de Nossa Senhora do Desterro, construída no século XVIII, e em outro, uma imponente Casa de Câmara e Cadeia, do mesmo século. A igreja é modesta, composta de nave única, capela-mor, sacristia e coro.

A história da Igreja de Nossa Senhora do Desterro e da praça de Vila Flor confunde-se com a história da própria cidade. Em seu livro "Nomes da Terra", Luís da Câmara Cascudo relata que a região sempre fora habitada pelos índios tupis, que, em 23 de setembro de 1700, receberam uma légua quadrada e foram aldeados sob administração de um missioneiro.



Tombada e restaurada pelo antigo IPHAN, a Casa de Câmara e Cadeia destaca-se por sua beleza e imponência.

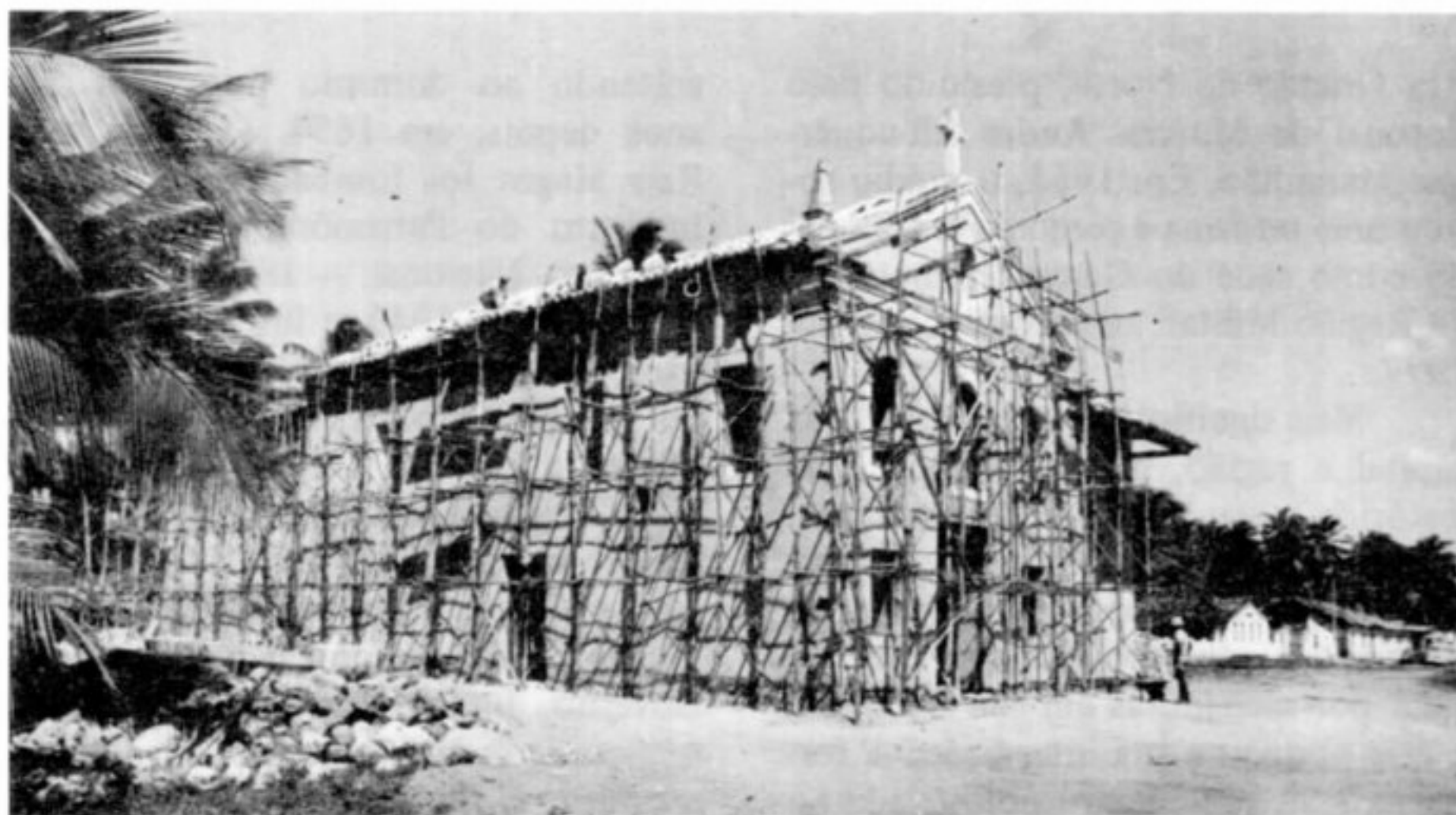
Instalou-se, então, a Aldeia de Gramació, à margem direita do rio do mesmo nome, sob a responsabilidade de um religioso do Carmo da Reforma. De 1743 a 1745, conta Cascudo, houve a construção da Igreja de Nossa Senhora do Desterro, por Frei André do Sacramento.

Em 1768, a Aldeia de Gramació foi transformada em Vila Flor, em obediência às instruções que impunham designações de localidades portuguesas às novas vilas, como Estremoz, Arez, Portalegre. Vila Flor é conselho do Distrito de Bragança, em Trás-os-Montes.

"Aproveitando as terras úmidas, Vila Flor ampliou o seu parque econômico em plantios e mesmo indústria açucareira. Por ali viveram os Albuquerque Maranhão. André de Albuquerque Maranhão, primo e cunhado do homônimo, chefe da Revolução de 1817, foi Capitão-Mor de Ordenanças de Vila Flor e Arez".

A transferência da sede para a Povoação de Uruá, elevada à categoria de Vila de Canguaretama, é explicada por Cascudo, "como resultado de querelas disputadoras entre o Vigário José de Matos Silva, então deputado provincial, e o Capitão Sebastião Policarpo de Oliveira, senhor do Engenho Juncal. Segundo o autor, Vila Flor teria sucumbido diante do "avassalador prestígio" do Vigário Matos. "Não encontrei documentos da resistência popular defendendo Vila Flor", diz Cascudo, acrescentando: "O Vigário teria avassalador prestígio ou todos estavam mais ou menos de acordo com uma mudança (...)".

"Abandonada e semideserta, Vila Flor resistiu como um fantasma, teimando em residir nas ruínas da casa em que vivera. Criaram uma escola em 1882. Em novembro de 1890 foi Distrito de Canguaretama. Ao derredor, a vida continuava, plantando, colhendo, sonhando. Cento e cinco anos depois, ressuscitou..."



A Igreja de Nossa Senhora do Desterro está sendo restaurada.

Natal, Macaíba, São Gonçalo do Amarante:

Circuito Histórico

O Programa de Cidades Históricas da SPHAN/Pró-Memória enquadrou em sua programação para o próximo ano o cadastramento dos bens culturais existentes no Rio Grande do Norte, trabalho que será realizado pela Fundação José Augusto. O levantamento será útil para a implantação do "Circuito Histórico", plano da Fundação que vai abranger a Grande Natal, constituída pelos Municípios de Natal, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, área que reúne significativo acervo histórico-cultural.

Em termos de patrimônio construído, Natal é a cidade que apresenta as edificações mais expressivas do ponto de vista histórico-cultural, muitas das quais incluídas no Livro do Tombo, como a Igreja de Santo Antônio, restaurada este ano, o Forte dos Reis Magos, que terá uma nova passarela de acesso, e o prédio que abriga o Palácio do Governo.

Levando em consideração o conjunto, a área mais importante da capital é o Bairro da Ribeira, parte mais antiga de Natal e outrora seu principal centro urbano. Ainda hoje marcada por intensa atividade portuária (o bairro fica às margens do rio Potengi) a Ribeira reúne imóveis de valor patrimonial, como o antigo Palácio do Governo, na Rua Chile, a Capitania dos Portos e o Hotel Bela Vista, um dos primeiros da cidade. No decorrer da história de Natal, fundada em 25 de dezembro de 1599, foi-se acumulando no Bairro da Ribeira inestimável acervo de valores sócio-econômicos da região. Da programação da Fundação José Augusto consta a restauração de imóveis lá situados.

Ainda em Natal, a Fundação, em convênio com a SPHAN/Pró-Memória, se prepara para restaurar o antigo Quartel General e adaptá-lo para abrigar as instalações da Secretaria do Interior e Justiça e do Conselho Penitenciário do Estado. O edifício foi construído nas últimas décadas do século XVIII e nele funcionavam os serviços administrativos da Fazenda Real, passando logo a ser denominado pela po-

pulação de Real Erário. Além de servir aos negócios fazendários, a edificação é testemunho de acontecimentos políticos de importância nacional, como o Movimento Republicano de 1817. No antigo QG foi formada a Junta Provisória do Novo Governo Republicano, no Rio Grande do Norte, em 28 de março do mesmo ano. De 9 de março a 25 de abril de 1817, o prédio foi a sede do Governo Republicano do

dra colonizadora de Manoel Mascarenhas Homem, em cumprimento às cartas régias de Filipe II da Espanha, I de Portugal, datadas de 5 de novembro de 1596 e 15 de março de 1597. Foi marco colonizador e ponto de apoio para a conquista do Rio Grande, a começar pela expulsão dos franceses. Em 11 de dezembro de 1633 foi ocupado pelos holandeses e a 20 do mesmo mês passou a denominar-se Kasteel Keulen,



O antigo QG vai sediar a Secretaria de Interior e Justiça.

Rio Grande do Norte, presidido pelo Coronel de Milícias André Albuquerque Maranhão. Em 1955, o prédio sofreu uma reforma e passou a ser ocupado como sede do Quartel General da 7ª Região Militar, onde funcionou até 1977.

Mais significativo monumento da capital e região, por sua importância histórica e seu estado de conservação, o Forte dos Reis Magos terá a sua passarela de acesso reconstruída em outro traçado. A atual encontra-se prejudicada por rachaduras em sua estrutura, o que obrigou a sua interdição. A fortaleza teve sua construção iniciada no dia 6 de janeiro de 1598, pela esqua-

voltando ao domínio português 21 anos depois, em 1654. O Forte dos Reis Magos foi tombado pelo antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN, em 13 de janeiro de 1949, e integrado ao Patrimônio da Fundação José Augusto por decreto governamental de 20 de setembro de 1965.

Restaurada recentemente, a Igreja de Santo Antônio, juntamente com o Quartel General, a Catedral, o Museu de Sobradinho e o Palácio do Governo, integra um conjunto urbano de grande expressão em termos artístico e histórico-cultural. Erigida no século XVIII, a Igreja apresenta

uma combinação de estilos: o corpo (construído em 1766) é colonial, simples; a cabeceira da frente, barroco-colonial, e a torre (construída em 1798) lembra o estilo mouro. Uma inscrição no cimo da porta da torre informa que em janeiro de 1799 a Igreja foi concluída. Em seu livro "História da Cidade de Natal", Luís da Câmara Cascudo diz que a Igreja de Santo Antônio é a terceira de Natal. "Os documentos mencionam Rosário antes de julho de 1714 e o primeiro sinal de Santo Antônio é 49 anos posterior".

Conta Cascudo que uma parte da Igreja serviu de alojamento para o Corpo de Polícia do Rio Grande do Norte, criado a 14 de novembro de 1863. Daí o título de Igreja de Santo Antônio dos Militares que consta de documentos citados pelo autor em seu livro. "Houve mesmo uma Irmandade de Santo Antônio dos Militares, cujo compromisso foi aprovado pela resolução 238, de 22 de setembro de 1851, assinada pelo Presidente da Província, Dr. José Joaquim da Cunha. Essa Irmandade ou Pia Associação fora fundada pelos comandantes das forças militares na Província (...), para conservação da Igreja de Santo Antônio dos Militares, de que é particular padroeiro, observância do Sagrado Culto da Religião Católica, festividade do dito Santo, e benefício espiritual de cada um dos associados".

Além de Santo Antônio, duas outras Igrejas se destacam pelo seu valor histórico-cultural: a Catedral de Nossa Senhora da Apresentação, construída em 1786, apresenta, atualmente, estilo semi-gótico. Foi erguida no local onde se celebrou a primeira missa em Natal; e a Igreja do Rosário, a mais antiga da cidade, em estilo barroco-colonial, era a igreja dos escravos e das pessoas mais humildes.

Outro monumento de Natal, tombado pelo Patrimônio, é o Sobradinho, primeira edificação assobradada da capital, construído na segunda década do século XIX. Foi de 1965 a 1978 o Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte e, atualmente, abriga a Casa Café Filho, museu em homenagem à memória de Café Filho, o único riograndense do Norte a ocupar a Presidência da República.

FERREIRO TORTO

Município integrante da Grande Natal,



A Igreja de Santo Antônio apresenta uma combinação de estilos.



O Forte dos Reis Magos está com a passarela interditada.



Solar do Ferreiro Torto, em Macaíba.

Macaíba apresenta como principal monumento o Solar do Ferreiro Torto, restaurado em 1979 pela Fundação José Augusto, sob a supervisão da SPHAN/Pró-Memória. Localizado à margem direita do rio Jundiá, nas proximidades da então povoação de Coité, hoje Macaíba, Ferreiro Torto constituiu-se num dos primeiros engenhos de açúcar do Rio Grande do Norte; sua construção data por volta de 1614.

Na ocupação holandesa, o engenho sofreu, a 10 de março de 1634, um primeiro ataque dos flamengos,

onde morreu, juntamente com sua família e 60 moradores, Francisco Coelho, construtor do engenho.

Ferreiro Torto ficou deserto e morto até o fim do século XVIII, quando volta a ser engenho no domínio do Coronel de Milícias Joaquim José do Rego Barros, onde tinha sua residência senhorial. Já no século XIX (1847), o Coronel Estevam José Barbosa de Moura, famoso na Província, herdando Ferreiro Torto, demoliu as antigas construções e edificou o imponente Solar, um significativo exemplar barroco da arquitetura rural do

Rio Grande do Norte. Restaurado, o Solar passou a abrigar, no andar superior, o Museu de Arte e História do Rio Grande do Norte, inaugurado no ano passado.

Completando o "Circuito Histórico", São Gonçalo do Amarante, povoação desmembrada do Município de Natal em 1833, tem na Igreja de São Gonçalo, tombada pelo IPHAN, seu mais significativo monumento. A Igreja foi restaurada recentemente, juntamente com a Capela de Utinga, um dos Distritos de São Gonçalo do Amarante.

Centros de Arte Popular

Com o objetivo de identificar e revitalizar manifestações culturais da zona rural do Estado, o Governo do Rio Grande do Norte, dentro do Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural — PRONASEC/RURAL, vem instalando e implementando Centros de Arte Popular em diversos Municípios, com o apoio da Prefeitura e comunidade locais. Atualmente, os trabalhos estão sendo desenvolvidos por 5 Centros implantados nos Municípios de Arês, João Câmara, Nísia Floresta, Touros e São José de Mipibu, em consonância com a diretriz educação/cultura do PRONASEC/RURAL.

De acordo com os órgãos responsáveis pelo projeto (Subcoordenadoria de Atividades Culturais, Subcoordenadoria de Ensino de 1º Grau e Programa de Assistência Educacional aos Municípios), na instalação dos Centros "procurou-se manter coerência no sentido de preservar as manifestações sócio-culturais da comunidade, defendendo uma prática de educação artística como expressão criadora, capaz de levar o aluno a expressar-se e expressar sua visão do aqui e agora, numa perspectiva de compromisso consigo mesmo, com o outro e com o meio em que ele está inserido".

Dentro desse ponto de vista, foram oferecidos cursos a alunos de escolas de 1º grau e pessoas da comunidade, visando à divulgação e preservação do trabalho artesanal, no qual o artesão (docente) se empenhou em transmitir a técnica de sua experiên-

cia artística. Ao mesmo tempo, com o fim de manter um elo sócio-cultural entre a escola e o Centro de Arte Popular, foram realizados encontros com 130 professores da zona rural, "para se discutir aspectos teóricos da arte popular e exercitá-los através de uma prática de educação artística". Os debates se deram a partir de 2 abordagens: criação e recriação de histórias extraídas de textos dos livros didáticos utilizados nas escolas; e criação e recriação de histórias e estórias do contexto da comunidade, numa tentativa de reconstituição da identidade histórico-cultural dos alunos. Partindo dessa experiência, os responsáveis pelo projeto pretendem sistematizar o trabalho através da organização de bibliotecas rurais nos 5 Centros. O acervo será constituído a partir da coleta de histórias e estórias, tendo como informantes alunos, professores e pessoas da comunidade.

Os cursos foram realizados simultaneamente nos 5 Centros, e os artesãos participaram na qualidade de docentes, tendo como clientela, além dos alunos, pessoas interessadas em aprender e/ou aperfeiçoar a técnica do trabalho artesanal em evidência nos cursos.

Além das reuniões com professores e os cursos sobre artesanato, os Centros desenvolveram ações no sentido de fazer ressurgir grupos folclóricos semi-desaparecidos, como o Zambê ou Pau Furado, grupo de dança que se manifesta através de uma coreografia bastante expressiva, procurando

comunicar toda uma tradição de raízes africanas que foi mantida através dos tempos nesta dança e nos sons que a acompanham. Dois aspectos se destacam no grupo: os instrumentos de percussão muito primitivos e a constituição do grupo por pessoas idosas e do sexo masculino.

Por iniciativa das comunidades, foram reorganizados 4 pastoris, manifestação constante na maioria dos Municípios potiguares. A própria comunidade indicou uma pessoa com experiência no folguedo, a qual assumiu a coordenação do grupo, desde a seleção das jornadas até a escolha dos componentes.

Uma outra realização dos Centros foi a organização de grupos de teatro popular, com a participação de moças e rapazes da comunidade. Duas peças foram encenadas — "Um pouco de nós mesmos" e "Fogo Fátuo". Os grupos receberam orientações de elementos com experiência em teatro, no que se refere a técnicas de expressão corporal e vocal, construção de textos, aspectos cenográficos e abordagens sobre tendências do teatro contemporâneo, com ênfase à função do teatro popular.

Os Centros pretendem, ainda, divulgar os artistas populares, através da aquisição de seus produtos, visando tanto a sua comercialização como exposição permanente dos trabalhos e do envolvimento como docentes em cursos que deverão ser realizados, especialmente, nas escolas da zona rural.

SEC define diretrizes para política cultural

A Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura - SEC/MEC já tem definidas as suas linhas de ação, contidas no documento "Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC", elaborado durante seminário realizado em Brasília, de 31 de agosto a 2 de setembro, que reuniu todos os órgãos vinculados e subordinados à SEC/MEC. O documento, aprovado pela plenária final do encontro, reúne as grandes linhas básicas a serem desenvolvidas na área cultural: 1) estímulo à criação, produção e difusão cultural; 2) preservação dos bens culturais em sua dinâmica; 3) interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país; 4) captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à cultura no sistema SEC/MEC; e 5) formação de recursos humanos na área cultural.

Em suas considerações o documento começa por afirmar que a SEC/MEC reivindica uma conceituação ampla e abrangente de cultura, "entendida como um todo sistema interdependente e ordenado de atividades humanas na sua dinâmica". Dentro desse ponto de vista considera cultura como um processo global "em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto — habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra — em detrimento das condições históricas, sócio-econômicas, étnicas e do espaço ecológico em que tal produto se encontra inserido".

No entender do Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, o documento servirá como marco inicial da adoção de uma nova política cultural para o país que, segundo explicou, deverá estar calcada nas duas grandes vertentes do bem cultural, por ele definidas: a patrimonial e a da produção, circulação e consumo da cultura. "Estas duas vertentes, na realidade, passam a constituir-se agora nas duas grandes pilasstras que sustentarão a recém-criada Secretaria da Cul-

tura", disse Magalhães em breve discurso no encerramento do seminário. "Pela primeira vez — destacou — as vertentes passam a juntar-se num só caudal. E a partir disto é que se poderá ver como vamos orientar todos os que trabalham no setor cultural brasileiro".

"A interrelação indissolúvel das duas vertentes na realidade da dinâmica cultural — diz o documento — coloca, por um lado, a necessidade de proteger, apoiar e tornar acessíveis à comunidade os bens culturais, assim como de recuperar as informações contidas no patrimônio cultural brasileiro; e, por outro, estimular o fluxo criador contemporâneo que, exatamente por se realizar ao nível do vir a ser da nação, dispensa a preocupação de retorno imediato, cabendo ao Estado resguardar o espaço da criação, mantendo-o livre das pressões dos mais diversos fatores que possam dificultar o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente pluralista e democrática".

Recomendando que a política cultural a ser colocada em prática deve reforçar a interrelação entre a vertente patrimonial e a da produção cultural, o documento frisa ser essencial levar em consideração as peculiarida-

des dos diferentes contextos culturais existentes no país, para se chegar a um verdadeiro desenvolvimento.

"Com efeito, o caminho mais indicado para sairmos de uma indiscutível situação de dependência cultural será dar toda atenção às potencialidades, aos valores, às características dos brasileiros de cada região, assim como ao contexto específico em que se encontram, reconhecendo-lhes respeitabilidade enquanto conhecimento".

O documento da SEC/MEC considera a cultura brasileira como matéria prima da educação e diz ser necessária uma reflexão sobre como desenvolver uma estratégia que concretize esse princípio.

"Assim, é preciso que a educação procure evitar a violentação e desagregação do universo em que se desenvolve, gerando alienação e desajustamento cultural. Para isso é necessário que ela inicie o processo de aproximação à complexa cultura brasileira, de modo a estar à altura de criar processos alternativos de aprendizagem adequados a esta realidade".

Chama atenção, ainda, para os perigos da moderna indústria cultural, democratizadora do acesso a bens e manifestações culturais, mas "perigosamente homogeneizante e achatadora, na medida em que possibilita a absorção — sem a imprescindível elaboração crítica — de modos de ser não originários de nossa cultura e privilegia indevidamente, ao se levar em conta o complexo cultural brasileiro, contextos culturais específicos".



O encerramento do Seminário no auditório do MEC.

Em termos de operacionalização da política cultural, o documento destaca, entre outros, o princípio da devolução dos bens culturais a quem estes pertencem de direito: a população brasileira.

“É fato incontestável que a população brasileira, em sua quase totalidade, não tem garantida a posse dos bens culturais que lhe pertencem, e que sua potencialidade de criação e produção individual e/ou coletiva, a partir das especificidades culturais que lhes são próprias, vêem-se continuamente ameaçadas ou inferiorizadas por valores e interesses ditos de maior importância ou pertinência”.

“É adequado, pois, chamar-se devolução à orientação que deve presidir os trabalhos — desde seu planejamento até a sua execução — buscando reintegrar aos contextos que os possibilitaram, tanto os seus resultados materiais quanto os reflexivos e cuidando para que a participação nestes benefícios seja ampla e democrática”.

Afirmando que a devolução só tem sentido na medida em que se realize como uma forma de comunicação, o documento diz: “quem está próximo do bem cultural ou o produz, é, verdadeiramente, quem deve cultivá-lo. É preciso, nesse sentido, criar canais adequados e formas que assegurem a efetiva participação da comunidade nas decisões e no trato dos problemas afetos à produção e preservação cultural de modo a favorecer a preconizada distribuição de responsabilidades entre todos os envolvidos (organismos de poder público, entidades privadas e, sobretudo, da população). É fundamental, pois, que se busquem meios para que a comunidade possa deter não só o uso e o benefício, mas também o gerenciamento e a preservação, com o apoio dos órgãos competentes para efetivação deste trabalho”.

O documento anuncia, ainda, a constituição, através da SEC/MEC, de um sistema de ações descentralizadas que compreendam e beneficiem a produção do bem cultural e a proteção do bem patrimonial”. Ressalta, no entanto, que a descentralização não deve ser confundida com fragmentação ou mero mecanismo operacional. “Para isso, é preciso que essas ações sejam adequadas à orientação que as preside. Assim, elas devem fluir de aproximações com a realidade e voltar

para essa realidade onde podem se constituir em foros de análise e de comando”.

“O mecanismo fundamental dessa diretriz é a articulação dos níveis municipal, estadual e federal, através da efetiva interação de instituições oficiais, entidades privadas e representantes do fazer e do pensamento das comunidades — os legítimos portadores do conhecimento de contextos específicos. Nesse sentido, estabelecer a descentralização é alimentar uma sistemática de comunicação entre os diferentes contextos culturais existentes no Brasil”, afirma o documento.

LINHAS PROGRAMÁTICAS

No campo do estímulo à criação, produção e difusão cultural, o documento prevê o desenvolvimento de ações, “levando-se em conta as especificidades locais e regionais de caráter histórico, sócio-econômico e ecológico dos diferentes contextos em que elas se desenvolvem”.

De acordo com o proposto, as ações deverão ser desenvolvidas tendo por objetivo, entre outros, o estímulo e o apoio à criação, produção, pesquisa e difusão da música, das artes cênicas, das artes plásticas, da arquitetura, da literatura, da fotografia, do cinema, às manifestações folclóricas em seus diversos aspectos e outras formas de criação/produção que configuram o contexto cultural brasileiro, em todas as suas manifestações e interrelações.

Quanto à preservação dos bens culturais em sua dinâmica, o documento define ações voltadas para “o estudo, a apreensão de referências básicas da cultura brasileira e o seu melhor conhecimento, e, através desses procedimentos, a proteção e preservação dos bens culturais em sua correlação com os contextos em que estão inseridos, de modo a que a ação oficial sirva de suporte ao interesse das comunidades”.

A SEC/MEC encara a preservação do patrimônio cultural como fator de promoção e harmonização do crescimento urbano, na medida em que se devem compatibilizar os interesses desse crescimento com as raízes culturais que lhe deram origem. Por isso, acha essencial “apoiar e realizar estudos, planos e ações que visem à proteção e revitalização de conjuntos

arquitetônicos e/ou urbanísticos, dos monumentos de valor cultural e seu entorno”.

O documento prevê, ainda, a interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país, definindo-a como um conjunto de ações destinadas a proporcionar à comunidade meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. “A participação referida se efetivará através da integração do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem com base no repertório regional e local”.

Dentro desse ponto de vista, pretende-se estimular e apoiar a participação da comunidade no processo educacional e, principalmente, da escola no processo de conhecimento das manifestações culturais locais, no sentido de fazer com que ela reflita sobre a realidade em que está inserida, passando a utilizá-la como elemento fundamental na elaboração e execução de seu currículo.

A diretriz que envolve a captação, guarda, fluxo e uso de informações relativas à cultura no sistema SEC/MEC “compreende atividades visando a explicitação do sistema de identidades do país e o concomitante estabelecimento de uma memória que, viva e flexível, permita a pronta recuperação e reelaboração daqueles elementos memorizados, cuja contribuição se faça indispensável para que se executem adequadamente ações projetivas e se desenvolvam os trabalhos previstos nas demais linhas programáticas”.

Nessa linha, as ações deverão ser desenvolvidas tendo por objetivo, entre outros, o estímulo à implantação, a nível local e regional, de projetos experimentais diretamente voltados para a preservação de memórias e registros culturais, ou que, subsidiariamente, contribuam para este fim.

Por fim, diante da natureza do trabalho proposto, serão desenvolvidas ações com a finalidade de incentivar a formação de recursos humanos aptos para atuar na área da cultura.

Madeira-Mamoré: Bens móveis serão recuperados

O Governo do Território Federal de Rondônia deverá encaminhar em novembro à SPHAN/Pró-Memória projetos de recuperação de parte do acervo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para que se dê início a mais uma etapa das ações previstas no documento final do Seminário realizado em Porto Velho, de 26 a 29 de novembro do ano passado (SPHAN nº 9, pág. 11). Os recursos para execução dos trabalhos, cerca de Cr\$ 10 milhões, já foram alocados pela SPHAN/Pró-Memória e serão aplicados preferencialmente na restauração de bens móveis (locomotivas, guindastes, etc.) da Estação de Porto Velho. Esta e outras decisões foram tomadas durante a primeira reunião do Grupo de Coordenação Técnica do Projeto "Memória Histórica da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré" (SPHAN nº 12, pág. 4), ocorrida dia 25 de setembro último, na capital do Território.

A prioridade dada a bens móveis deve-se à exiguidade de tempo para cumprir o programa de aplicação de recursos para 1981. O Grupo de Coordenação Técnica chegou à conclusão que seria inviável, neste momento, partir para a elaboração de projetos mais complexos — como é o caso da recuperação da Estação de Guajará-Mirim, que exige um levantamento arquitetônico detalhado. Diante disso, decidiu-se que neste exercício o acervo móvel localizado em Porto Velho será beneficiado e, mais, que Guajará-Mirim receberá um percentual maior de recursos no próximo ano. As prioridades para 1982 serão definidas em uma outra reunião do Grupo, a ser realizada dias antes de o Governo do Território encaminhar os projetos à SPHAN/Pró-Memória.

BENS IMÓVEIS

Dias antes da reunião do Grupo de Coordenação Técnica, uma equipe da SPHAN/Pró-Memória deslocou-se de Porto Velho a Guajará-Mirim, a fim de realizar um levantamento preliminar dos conjuntos urbanos, arquitetônicos e unidades isoladas pertencentes à EFMM, com vista a possíveis processos de tombamento a nível

federal. Presente à reunião, o diretor da 1ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória, Jorge Derenji, membro da equipe, fez um relato desse primeiro reconhecimento do acervo imóvel da ferrovia.

Segundo informou, grande parte dos equipamentos da EFMM já desapareceu, à exceção de algumas estações (Porto Velho, Jacy-Paraná, Abunã e Guajará-Mirim). "O grupo — disse — só encontrou vestígios de algumas construções, um número considerável de caixas d'água em estruturas de madeira e aço, e alguns conjuntos de casas, de construção mais recente, provavelmente da década de 50". Outra observação que fez foi sobre a existência ainda da linha férrea em quase toda a sua extensão, "tanto que pudemos notar a utilização de "troles" e "cegonhas" em Bananeiras e Taquara".

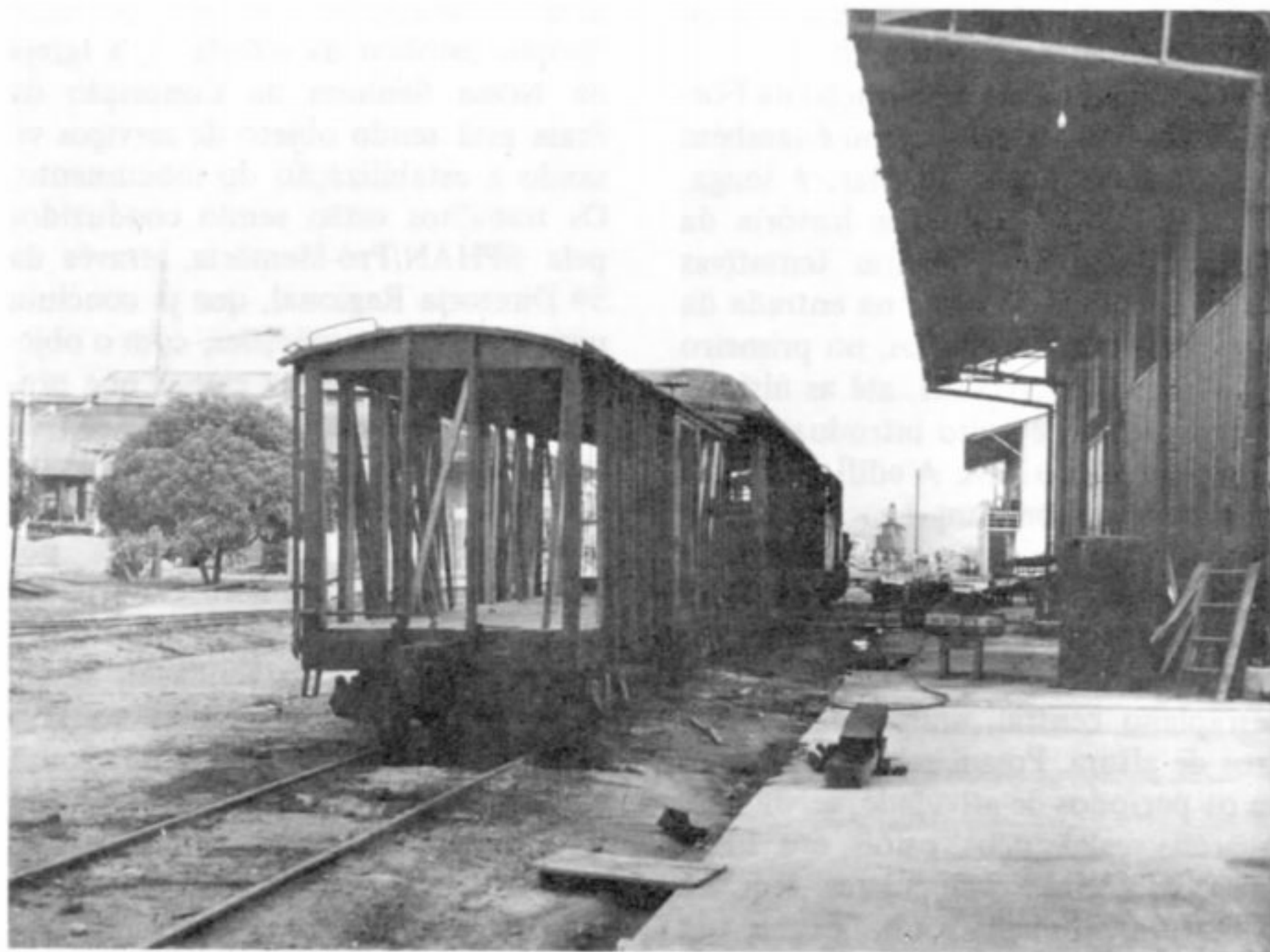
No levantamento realizado em Guajará-Mirim, Derenji informou que lá só existe a Estação. "Não há mais vestígios de outras edificações características da época em que a ferrovia funcionava; o triângulo no pátio de manobras está sendo aterrado, não havendo mais trilhos". A Estação de Guajará-Mirim, segundo constatou a equipe de técnicos, foi reparada recen-

temente. "No entanto — frisou — para a sua total restauração será necessário um levantamento arquitetônico detalhado, ao contrário da recuperação de um vagão, guindaste ou locomotiva". A observação reforçou a decisão do Grupo de Coordenação Técnica em dar prioridade, numa primeira etapa, à recuperação de bens móveis do acervo da ferrovia.

APOIO

O Ministério dos Transportes pretende colaborar e participar do esforço para a recuperação da EFMM; qualquer solicitação quanto ao acervo da ferrovia será analisada pelo órgão, dentro de suas possibilidades e prioridades. A informação foi dada pelo representante do Ministério dos Transportes no Grupo de Coordenação Técnica, Luís Otávio Gonçalves, ressaltando, no entanto, "que a pessoa física da EFMM não existe, o que há é um convênio firmado entre a Secretaria da Cultura do MEC e o Governo do Território, visando a uma ação conjunta para proteção, recuperação e utilização dos bens culturais situados no Território" (SPHAN nº 12, pág. 4).

Propôs, então, a definição da situação jurídica da EFMM, através da criação de uma companhia, "que seria responsável por todo o acervo da ferrovia" — quando foi desativada, em 1972, a estrada teve o seu patrimônio distribuído entre vários órgãos dos Governos Federal, Territorial e Municipal.



Na Estação de Porto Velho, vagões à espera de recuperação.

Em Salvador, Forte do Mar abriga Museu Naval

Tombado em 1938 pelo antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Forte do Mar, em Salvador, um dos mais expressivos monumentos baianos, abrigará as instalações do Museu de História Naval da Bahia, que, além de ponto de visitação turística, pretende transformar-se em um centro de pesquisas sobre a história e a arqueologia naval brasileira e de outros países. É o que consta do projeto de restauração e adaptação do imóvel elaborado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e aprovado pela SPHAN/Pró-Memória, dentro do Programa de Cidades Históricas.

As obras previstas no projeto já foram executadas, mantendo as características originais do monumento; celas e salas permaneceram com os seus espaços inalterados; a arena, no terraço do terrapleno, foi adaptada para apresentação de espetáculos como danças folclóricas, shows, etc., e salas funcionarão como camarins, bastidores e sanitários. A maioria dos cômodos abrigará o Museu, que deverá expor, além da coleção de miniaturas de embarcações do Recôncavo, do Almirante Alves Câmara, peças militares e artísticas resgatadas dos muitos navios naufragados na costa da Bahia. Os visitantes contarão, ainda, com serviços de bar, restaurante e lanchonete.

A história da construção da Fortaleza de São Marcelo, como é também conhecido o Forte do Mar, é longa, abrangendo 3 séculos de história da Bahia, desde as primeiras tentativas de se fortificar a ilha na entrada da Baía de Todos os Santos, no primeiro quartel do século XVII, até as últimas modificações de vulto introduzidas no início do século XIX. A edificação está implantada sobre um banco de areia no meio do ancoradouro do Porto de Salvador distante 300 metros do atual cais. Sua forma é aproximadamente circular, com um anel envolvendo um terrapleno central, ambos de 15 metros de altura. Possui salas que, durante os períodos de atividade, serviam de quartéis, calabouços, paióis, etc. Estas salas, de formas retangulares, têm sua cobertura abobadada e, exceto as situadas à direita da porta de entrada,

não têm comunicação entre si, apenas o vão da porta que se abre para o corredor circular separando o anel periférico do terrapleno central.

A localização do Forte do Mar em termos de desenvolvimento de Sal-

vador pode ser considerada como a mesma de outros monumentos, tais como o Elevador Lacerda, o conjunto do Pelourinho, a Igreja de São Francisco e a Catedral Basílica, ou seja, o núcleo onde a cidade começou.



O Forte não perdeu suas características originais.

Arquivo SPHAN

IGREJA

Dentre as mais antigas de Salvador — data do século XVI e foi o primeiro templo católico da cidade —, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia está sendo objeto de serviços visando a estabilização do monumento. Os trabalhos estão sendo conduzidos pela SPHAN/Pró-Memória, através da 5ª Diretoria Regional, que já concluiu uma série de prospecções, com o objetivo de determinar as causas que provocaram o estado de desagregação da estrutura da escada e outros elementos estruturais da edificação.

A Igreja foi construída por Tomé de Souza, primeiro Governador Geral do Brasil, em 1549, ano do primeiro aniversário da fundação da Cidade do Salvador. Segundo conta a história, o próprio Tomé de Souza participou diretamente da construção da ermida, “carregando sobre os ombros madeiras, palhas de coqueiro, ao lado de portugueses e indígenas”. O templo foi edificado no sopé de uma

montanha, sobre uma rocha localizada na praia. Ainda hoje, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia está no primitivo local, embora um pouco distante da beira do mar, devido aos sucessivos aterros, objetivando o alargamento da Cidade Baixa e a consequente construção de avenidas e praças.

Os materiais utilizados na edificação da capela eram os únicos disponíveis na época: palhas de coqueiro, barro e madeira. Inicialmente construída em taipa, coberta com palhas de coqueiro e assoalhada com barro batido, a Igreja foi sofrendo diversas modificações quanto à forma, divisão interna e emprego de materiais. Tudo isto em obediência aos padrões estilísticos e técnicos e aos condicionamentos sócio-culturais e econômicos vigentes em cada fase do processo histórico. Uma das últimas modificações de maior relevo ocorreu no terceiro quartel do século XVIII, praticamente definindo a fisionomia da Igreja, mantida até os dias atuais.

OPINIÃO

A inserção da arquitetura contemporânea em áreas antigas*(*) Briane Elisabeth Panitz Bicca*

Observando a evolução recente da construção nas nossas cidades históricas, nos centros antigos e nos bairros tradicionais, uma constatação constrangedora nos assalta: perdemos a capacidade de harmonizar o novo com o velho. Capacidade imprescindível para a manutenção do caráter dessas cidades, centros e bairros.

No caso de estarmos efetivamente empenhados em preservar tais legados, esse empenho deverá se estender à reorientação das novas intervenções nas áreas antigas, reservando nossos malabarismos de projeto para o descomprometimento dos bairros novos. As áreas antigas são entidades singulares, com identidade própria. E se consideradas como tal, cabíveis de estatuto especial no interior do tecido urbano. Daí decorrem certos cuidados de adequação das obras públicas e particulares a serem empreendidas, de forma a harmonizá-las com as características locais.

Da maneira como hoje se processam, tais intervenções tomam duas formas predominantes e opostas entre si: ou se imita o antigo ou se adota uma arquitetura absolutamente nova, "tipo Brasília". Ou se mimetiza o novo, fantasiando-o de velho, ou se apaga o velho, pelo contraste com o ultramoderno. Ambas soluções inaceitáveis e predatórias. A primeira desvaloriza o verdadeiramente antigo pela sua imitação e a segunda o aniquila pela supervalorização do novo. Desnecessário repetir que na mediana está a verdade e forçoso reconhecer a conveniência de sua busca sob pena de persistirem as aberrações perpetuadas a cada dia nas nossas áreas antigas, e cujo somatório acabará por tornar inócuo o trabalho de preservação desse ou daquele conjunto.

Cabe aqui uma indagação: no Brasil, como em todos os países de crescimento recente, os que projetam (arquitetos, engenheiros, proprietários, empreendedores, desenhistas, etc.) dispõem de um imenso e sempre ampliado espaço territorial desocupado sobre o qual exercitar a sua livre criatividade. Porque então impor às áreas antigas, que ocupam um espaço tão limitado nas nossas cidades, projetos delas absolutamente desvinculados?

E nesse sentido, a primeira dessas formas de intervenção — a cópia de estilos pretéritos — deve ser analisada pelo prisma do seu descomprometimento com a realidade contemporânea, pois, para as finalidades da preservação do nosso patrimônio arquitetônico, o valor atribuído às edificações provém, entre outros, da correspondência que mantêm com o universo sócio-cultural em que foram construídas. Tal correspondência, entre as determinantes sociais e a sua expressão nos diversos domínios culturais (nesse caso, o domínio da edificação), reveste os exemplares assim concebidos de valor representativo das sociedades, suas matrizes, sendo, dessa ótica, valores a garantir para o conhecimento e a vivência das gerações subsequentes.

Tal como a Diamantina do início do século XVIII ordenou seu crescimento em função das exigências impostas pela mineração do diamante, modelando para tanto sua conformação urbana e suas edificações, assim também a Praia Grande do século XIX adaptou-se às funções comerciais e portuárias de exportação da sua recém iniciada

produção industrial, edificando os seus sobrados de quatro pavimentos, com o comércio ocupando os pavimentos térreos. Já o Brás paulista seguiu o modelo das vilas operárias do início do século, abrigando a massa de trabalhadores estrangeiros empregados na manufatura nascente.

Verificamos, pois, que os estilos permitem uma interpretação das sociedades a cada um dos seus momentos, enquanto seus padrões estéticos. E já ninguém contesta a justeza da preservação do legado material e espiritual que nos chegou de cada um dos ciclos históricos.

Isso posto, cabe agora retomar a questão inicial por um dos seus prismas: o que dizer das réplicas, das imitações? Receberiam essas idêntico tratamento? Uma cópia da Igreja de São Francisco, de Ouro Preto, mereceria ser preservada?

Os documentos originários dos confrontos internacionais, em particular das convenções da UNESCO, são incisivos na negação do valor das réplicas, das reconstituições e dos "estilos copiados", condenando energicamente a adoção de tais "estilos" como forma de preencher as lacunas no tecido das cidades históricas. As réplicas e reconstituições encontrariam justificativa tão somente em casos absolutamente singulares e sob condições muito precisas, como forma de impedir o desaparecimento de um testemunho extremamente valioso e único. Situações — pelas quais, felizmente, não passamos — tornaram necessária, por exemplo, a reconstituição de cidades inteiras, como os casos de Gdansk e do centro histórico de Varsóvia, logo após a destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial; reconstituição essa justificada pela preservação do espírito nacional polonês.

Por outro lado, um sem número de pronunciamentos e publicações relativos às políticas de preservação levadas a efeito em diversos países condenam o equívoco da "imitação do estilo", pela qual se procura adotar, em prédios contemporâneos, padrões estéticos ultrapassados. Mas, e mesmo quando julgada pertinente também entre nós, tal negação tem sido insuficiente para eliminar do nosso repertório construtivo as tipologias de imitação dos modelos de arquitetura adotados no passado. E os exemplos a mencionar, desafortunadamente, são inúmeros. Dentre os mais recentes, lembramos apenas um, ocorrido em Serro (MG), com a instalação de uma agência bancária em prédio "nas linhas coloniais características da cidade".

Entre propor um pastiche do colonial e propor uma arquitetura contemporânea consoante com o meio que irá abrigá-la, é evidente a maior facilidade de projeto do primeiro — exatamente por se tratar de cópia —; somando-se a isso a simpatia com que essa solução é geralmente acolhida pela população, funcionando como afirmação do valor cultural local, expresso através da repetição de modelos tradicionais numa edificação contemporânea.

Se vistas sob o ângulo do valor histórico e documental, essas cópias produzem efeito inverso: desvalorizam o conjunto em que se inserem, pela mistura entre o autêntico e o forjado. Impedem, outrossim, a leitura temporal da evolução do espaço construído dessas sociedades, na medida em que colocam em aparente pé de igualdade exemplares antigos — do século XVIII, por exemplo — e cópias desses exemplares edificadas recentemente. Mistura-se o que foi fruto de um período histórico passado com o que é uma premeditada apropriação de valores estéticos que já não dizem respeito à nossa sociedade contemporânea.

Em termos de preservação física do acervo construído, a edificação desses prédios de imitação significa a perda de preciosas oportunidades de restauração e uso dos inúmeros imóveis desocupados nas nossas áreas antigas. Ora, se

quem encomenda ou projeta, anseia por uma edificação antiga, a ponto de empreender a sua imitação, porque não optar por cooperar na preservação do que é original e que se encontra, por algum motivo, abandonado?

Noutras situações, entretanto, a imitação de algum estilo antigo nada tem a ver com a busca do mimetismo a que antes nos referimos. Mas vêm substituir edificações corretamente integradas ao seu contexto, e que são demolidas para dar lugar a réplicas do que, a juízo de alguns, teria sido o estilo original da cidade ou aquele que, mesmo a ela exógeno, supostamente melhor se adapta às suas especificidades locais e de povoamento. O Sul do Brasil é pródigo em exemplos dessa natureza: as Casas Pernambucanas fizeram construir, para a instalação de suas lojas em Joinville e Blumenau (SC), prédios em estilo "enchaimel" (técnica construtiva largamente utilizada na Europa medieval e introduzida no Brasil pelos colonos alemães em meados do século passado); mas um "enchaimel" com tais rebuscamentos estilísticos como jamais existiu exemplar naquela região, de forma a permitir até a um leigo na matéria perceber instantaneamente o insucesso da empreitada. Em Gramado (RS), um forjado estilo "bávaro-suíço", inexistente na Bavária e na Suíça, mas adotado, entre outros, pelo Banco do Brasil e pela Companhia Riograndense de Telecomunicações para suas agências locais, apresenta-se como substitutivo do que de melhor havia originalmente na região: os casarões assobradados, em madeira, com seus avarandados generosos montados sobre paredões de pedra em junta-seca, trabalhados numa técnica até hoje aplicada pelos habilidosos descendentes dos colonos italianos.

O argumento de uma pseudo arquitetura tradicional é empregado aqui para dotar o prédio de uma certa dose de singularidade, mesclada com elementos já conhecidos e que garantiriam à empresa boa aceitação local, forjando com a comunidade um vínculo em realidade inexistente. As Casas Pernambucanas e o Banco do Brasil não pertencem à cidade, são centralizados e a ela estranhos, por isso buscam criar uma imagem local através da arquitetura: o "bávaro-suíço" em Gramado, o "enchaimel" em Joinville, o "colonial" em São Luís do Maranhão.

No entanto, se verificarmos as várias situações nas quais a imitação se processa, temos que abrir uma exceção nesse quadro, quando se trata da arquitetura popular. Sua elaboração percorre outros caminhos: no interior do Brasil, há populações que repetem os modelos de dois séculos atrás, sem que isso conote imitação no sentido antes aqui empregado. Muito pelo contrário, há uma busca — consciente ou não, pouco importa — de uma homogeneidade espacial, retrato de uma real comunhão de meios e de princípios estéticos, entre outros. As exigências programáticas, a tipologia e as técnicas construtivas mantêm-se praticamente inalteradas, partindo de dentro da sociedade e não impostos desde o seu exterior.

É nesse sentido que situações díspares verificadas nas nossas cidades históricas, quanto ao emprego de técnicas mais ou menos tradicionais, permitem uma larga utilização da taipa de sapo no Serro (MG) em contraste com Ouro Preto, onde esse fazer já desapareceu completamente. Havendo mão-de-obra especializada, matéria-prima e respostas às exigências estéticas e aos programas de atividades a terem lugar no prédio, porque deixaria a população do Serro de utilizar a taipa para as suas edificações, trocando-a por concreto, tijolo e argamassa, bem mais onerosos?

Retomemos agora as colocações iniciais, para introduzir a análise da segunda forma predominante de intervenção sobre as áreas urbanas tradicionais: a que resulta da adoção de uma arquitetura absolutamente "moderna", aniqui-

lando o pré-existente pela supervalorização formal de uma construção nova, sem vínculos com o ambiente.

Numa simplificação extrema poder-se-ia reputar essa atitude a um vício criado pelas próprias escolas de arquitetura e pelos expoentes da nossa arquitetura, preocupados sempre em dar livre curso à criatividade: o máximo exercício da criatividade para fazer "A Obra", a fim de ser mostrada em revistas especializadas e ser comentada nos meios profissionais.

Voltando ao que dispõem as convenções internacionais a respeito do preenchimento de vazios na malha urbana antiga, quando aconselham uma arquitetura contemporânea de boa qualidade e em harmonia com o meio de inserção, cabe a pergunta: porque tal atitude é tão raramente adotada? E não são tão raros os exemplos de boa arquitetura contemporânea, entretanto são pouquíssimos os casos de boa convivência entre o novo e o velho. A esse respeito, o professor Augusto Silva Telles, em recente discussão, lembrou-nos as diferentes situações locais dos novos prédios: há os que completam um correr de casas antigas e têm, portanto, responsabilidade na integridade desse conjunto específico; há outros, isolados, numa elevação do terreno, ou na periferia dos núcleos, como é o caso de grandes prédios públicos ou religiosos, cuja escala pouco tem a ver com aquela dos exemplares da construção tradicional do lugar, mas com os quais têm de manter-se igualmente em harmonia.

Reconhecendo ser esse um terreno difícil e controvertido, desde já um caminho se apresenta: a definição de elementos tipológicos, para orientação das novas edificações. Por meio do estudo dos elementos que caracterizam as construções antigas é possível estabelecer alguns parâmetros de projeto, tais como o volume da edificação, a inclinação dos telhados, os recuos, o ritmo das aberturas, etc. e que podem ser inseridos nos códigos de edificação, de forma a orientar novas construções.

Ainda recentemente, percorrendo as áreas de colonização alemã, em Santa Catarina, pudemos constatar que se fazem urgentes tais estudos tipológicos específicos a cada uma das formações urbanas da região, visando apresentar uma saída para o impasse. Esse caracterizado pela escolha entre uma arquitetura de carregaço, dita "moderna", dos espigões, do telhado plano, da calheta em fibro-cimento, ou então uma arquitetura em "estilo germânico ou alpino". Tais estudos da tipologia construtiva adotada nas edificações antigas serviria, nesse caso, para retirar-lhes os elementos fundamentais e deles partir-se para propostas de novas soluções de projeto — agora sim, contemporâneas —, mas em sintonia com o lugar que as vai acolher.

Os estudos tipológicos levados a efeito, entre outros, em Bolonha pela equipe do professor Cervellatti e que orientaram as obras de revitalização do Bairro de São Leonardo e Santa Catarina, e em Lübeck, pelo professor Trieb, estes fornecendo a base para a legislação local referente às novas construções no casco antigo, exemplificam até que ponto tais estudos podem apontar uma solução para essa encruzilhada, com a extrema vantagem de impedir generalizações.

(*) Briane Elisabeth Panitz Bicca é arquiteta e trabalha no Programa de Cidades Históricas da SPHAN/Pró-Memória.

“Desenvolver e preservar são tarefas compatíveis”

Os Ministérios do Interior e da Educação e Cultura estão em vias de assinar um convênio estabelecendo um sistema de colaboração mútua, com a finalidade de contribuir para um correto equacionamento das questões relativas à preservação do patrimônio cultural e natural nas áreas urbanas, especialmente naquelas objeto de programas que contem com a interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU e da Secretaria da Cultura do MEC. O documento vai sistematizar uma cooperação que,

em realidade, vem sendo mantida informalmente, há muito tempo, entre o CNDU e a Fundação Nacional Pró-Memória.

Na entrevista a seguir, o Secretário-Executivo do CNDU, Militão de Moraes Ricardo, fala sobre essa cooperação, o significado do convênio para os trabalhos que o órgão vem desenvolvendo com a Fundação Pró-Memória e como o Conselho vê a questão da preservação do patrimônio sob a ótica do desenvolvimento urbano.

O CNDU e a Secretaria da Cultura do MEC estão prestes a firmar um convênio, a nível ministerial, visando formalizar um sistema de cooperação mútua, que, na realidade, vem ocorrendo na prática há muito tempo. Como foi o processo que levou os dois órgãos a chegarem à assinatura desse compromisso?

A nível federal, nós procuramos envolver nos nossos trabalhos todos os órgãos que agem setorialmente. Nós trabalhamos com a EBTU, na parte de transportes urbanos, com as várias áreas do BNH, no que se refere à habitação, saneamento, etc. E, logicamente, na área do Patrimônio, nós temos uma vinculação muito grande com a Fundação Nacional Pró-Memória. Essa vinculação tem se dado de uma maneira ativa, mas, até hoje, informal. Temos, inclusive, exemplos concretos dessa cooperação, como o caso do Seminário já ocorrido com a participação de técnicos alemães, dentro de um convênio que nós temos com a Alemanha, aqui em Brasília; e o próximo, a se realizar a partir do dia 10 do mês que vem (novembro), em Florianópolis. São exemplos claros de cooperação entre o CNDU e a Fundação, trabalhos efetivos, realizados em conjunto. Agora, para uma maior facilidade, uma maior ordenação dessa cooperação, estamos colocando isso dentro da forma de um convênio, que dará uma maior ordenação ao trabalho que se desenvolve. Essa é, basicamente, a origem do convênio a ser firmado. Ele virá fixar, dar melhores condições para se desenvolver um trabalho que já vem sendo feito, embora de uma maneira mais assistemática.

Esse trabalho com a Fundação vem sendo desenvolvido de uma maneira informal, como disse. Sempre que há necessidade, há uma troca de informações, experiências. Agora, com o convênio, essa cooperação vai ser sistematizada. Em que nível vai se dar essa colaboração, a nível técnico, financeiro...?

Nós, de um modo geral, somos usuários da Fundação. Todas as vezes que deparamos com um problema dentro da área patrimonial, recorremos à Fundação. Em primeiro lugar, procuramos tomar conhecimento de como o aspecto técnico do órgão poderá encaminhar a solução do problema. Em segundo, nós também temos feito uma série de acertos, em que trabalhamos nos dois sentidos. Citando um exemplo: no caso de Petrópolis, que tinha uma série de problemas afetos ao Patrimônio, o CNDU ficou encarregado de apoiar, através dos órgãos da região metropolitana do Rio, a execução do Plano Diretor da cidade, de modo a levar uma norma (o Patrimônio não podia tombar a cidade inteira de Petrópolis) de proteção ao patrimônio ali existente. Dentro de uma cidade desse tipo, é extremamente importante o estudo do patrimônio: o que deve ser preservado, o que deve ser alterado, que usos poderão ser dados a determinados imóveis, quais os conjuntos arquitetônicos de real valor histórico-cultural. Toda essa parte pode ser desenvolvida porque o Patrimônio, por seu lado, deu o apoio necessário quanto ao aspecto técnico da questão. Os nossos recursos financeiros estão extremamente limitados. Mas, dentro do possível, nós temos procurado

apoiar, porque os trabalhos que contam com a nossa participação não têm representado volumes muito grandes de recursos. O que temos feito é somar nossos recursos com outros de outras fontes. A bem da verdade, deveria dizer que o CNDU tem complementado o esforço do Patrimônio em quantias que, no fim, tornam viável se manter obras em operação.

Como é o caso de Vila Flor...

O caso de Vila Flor é o exemplo clássico desse tipo de ação.

Inclusive, Vila Flor entrou num programa do CNDU, o Programa de Cidades de Porte Médio, e houve um repasse via SUDENE...

O mecanismo de operação dos nossos programas não prevê repasses diretos de recursos. Nós passamos às Superintendências, que fazem convênios e liberam os recursos. Então, em Vila Flor, a forma de operação está sendo feita através da SUDENE. Esse é o esquema que utilizamos também em outras formas e ocasiões. No caso de Minas Gerais, nós passamos recursos não para obras, mas para estudos relativos ao chamado “Ciclo do Ouro” e, posteriormente, para alguns outros estudos em pontos de interesse do Estado de Minas. Esta é uma variedade de nossa atuação.

Voltando à questão do convênio...

Mesmo com a assinatura do convênio, a nossa idéia é de continuar com uma forma muito ampla de trabalho comum, que não representa, pelo con-

vênio, que vai se tornar rígida, porque a variedade de situações que aparece faz com que a Fundação necessite de apoios de formas diferenciadas. Como nós temos uma série de limitações em umas e outras áreas, entramos complementando naquilo que é preciso e que nos é possível. Essa é a idéia geral do trabalho.

Como o CNDU encara o problema do crescimento urbano frente à necessidade da preservação do patrimônio existente nas nossas cidades. A questão não é ver a cidade como um museu, certo? Mas há a necessidade de se preservar os seus valores histórico-culturais, sem que isto venha a representar um entrave ao desenvolvimento local. Como é que o CNDU se coloca frente a esta problemática?

Nós temos uma visão de que são perfeitamente compatíveis o crescimento de uma cidade e a preservação de seus núcleos históricos. Se nós verificarmos, por exemplo, que o crescimento de nossa população urbana na última década foi de 4,5% e que isto implicou em nós atingirmos a 80 milhões de habitantes urbanos em 1980, e que, além disto, mesmo reduzindo essa taxa para a ordem de 3%, teremos mais 60 milhões de habitantes nas áreas urbanas no ano 2000, podemos deduzir que em mais 20 anos devemos praticamente duplicar a rede urbana que temos. Ora, duplicar essa rede não significa que os núcleos maiores vão dobrar de tamanho. Essa última década já mostrou as cidades médias crescendo relativamente mais do que as regiões metropolitanas. Esperamos que isto seja uma forma de estruturar a rede de modo mais adequado. Mas, independente disso, ainda que considerarmos que nem todas as cidades vão crescer da mesma forma, vamos precisar abrigar um volume tal de pessoas que não é destruindo os núcleos históricos das cidades que obteremos local necessário para abrigar essa população.

Por outro lado, as nossas cidades têm primado por não manterem memória. Já nem me refiro a construções mais antigas, mas a construções de 1930, que praticamente desapareceram. São raras as cidades que apresentam exemplares dessa época. Com o crescimento urbano, praticamente tudo foi

demolido para construir de novo. Como nós temos um volume muito grande de pessoas a abrigar e nos faltam construções, o processo de demolir para construir em cima (e nós estamos demolindo prédios de 4/5 pavimentos) não nos parece o mais lógico. Então, me parece que é perfeitamente viável que nós possamos preservar determinadas áreas das cidades sem causar nenhum problema maior ou representativo para o crescimento populacional. Sobre esta questão, precisamos, em primeiro lugar, de áreas com equipamento adequado para a expansão das cidades, uma vez que a falta de áreas equipadas leva à pressão para reconstruir áreas que já tenham equipamentos. Em segundo lugar, temos que obter instrumentos (e o CNDU está trabalhando nisso) para evitar a manutenção de terrenos sem construção como processo de investimento, porque cada terreno não construído significa uma maior pressão sobre outros já construídos. Se nós ocuparmos esses vazios urbanos, vamos diminuir a pressão sobre as áreas que nos interessam preservar. Em terceiro lugar, sabemos que não podemos preservar cidades inteiras, com raras exceções; daí a necessidade de definirmos quais áreas a serem protegidas. Dentro desses locais, acredito que seja possível reciclar usos para que possamos manter determinados ambientes e aspectos, que representam a memória da cultura nacional. Acho que esta ação é perfeitamente possível. Se nós conseguirmos reciclar o uso de determinados imóveis, poderemos ter uma reutilização sem novos investimentos pesados em construção. Desta forma, estaremos mantendo uma área viva da cidade, não no sentido de manter um museu para visita eventual. Creio que do ponto de vista urbano, a Fundação Pró-Memória possui algumas diretrizes extremamente importantes: uma é a que considera o patrimônio não como algo morto; as áreas de valor histórico-cultural são locais a serem revitalizados e reutilizados dentro das cidades. Um segundo aspecto é a idéia de que o que temos a preservar no arquitetônico não se restringe ao colonial, mas abrange diversas outras manifestações que são representativas dentro do nosso país.

Falando especificamente do CNDU, quais são os mecanismos que

o Conselho utiliza para a execução da política urbana?

O CNDU é um órgão não só de definição de política urbana, mas também o órgão responsável pela implantação dessa política. No entanto, este não é um trabalho que executamos diretamente. Nós procuramos na nossa forma de atuação dar condições para que as Prefeituras, principalmente, possam desenvolver suas atividades e, através do desenrolar dessas ações, ir implantando a política urbana. Isto significa que a implantação dessa política não é uma tarefa em si singular, que alguém faça, mas é a orientação de um conjunto de ações para que isso aconteça. O que se poderia chamar de tarefa específica, sob a responsabilidade direta do CNDU, é a formulação de instrumentos a nível federal para que se possa obter a implantação da política urbana. São instrumentos jurídicos, que servirão para apoiar os municípios e os Estados, preferencialmente; instrumentos técnicos, no momento em que apoiamos a formação de pessoal especializado na área urbana em cinco universidades e cursos. Além disso, há a parte relativa a recursos financeiros, que funcionou, até este ano, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, que, em função de uma política geral do Governo, já não existe mais. Daí porque passamos a funcionar com verbas orçamentárias correntes, o que, infelizmente, tem apresentado uma redução muito sensível em relação aos recursos que o Fundo oferecia. A nível operacional, o CNDU funciona de duas formas: como órgão interministerial, presidido pelo Ministro do Interior e composto pelos Secretários-Gerais dos Ministérios da Indústria e Comércio, Transportes, Fazenda, Planejamento, Comunicações, Justiça e Interior, um representante da Aeronáutica, os presidentes do BNH e da EBTU e mais cinco membros de livre escolha do presidente. À Secretaria-Executiva do CNDU corresponde uma Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano. Como órgão colegiado, o Conselho traça as normas, e a Subsecretaria é o órgão de apoio de fato do trabalho do Conselho, executando, ao mesmo tempo, as tarefas do Ministério do Interior relativas à implantação da política urbana.

PORTARIA REGULA CONSTRUÇÕES EM OURO PRETO

O Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, assinou Portaria estabelecendo normas para as construções em Ouro Preto, atendendo, dessa forma, reivindicação feita pela Prefeitura Municipal daquela cidade mineira. O documento, datado de 10 de setembro deste ano, faz referência ao loteamento aprovado na área de Buraco Quente, na vizinhança de Ouro Preto, e fixa em 2 pavimentos o gabarito máximo no local. Segue a íntegra da Portaria da SEC/MEC.

SECRETARIA DA CULTURA
PORTARIA Nº 08 de 10 de setembro de 1981.

O SECRETÁRIO DA CULTURA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento aprovado pela Portaria Ministerial nº 383, de 10/06/1981, publicada no Diário Oficial da União de 12/06/1981, e em decorrência do disposto no Art. 18 do Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, do que determina o art. 180 e parágrafo único da Constituição Federal, e ainda,

CONSIDERANDO que o acervo arquitetônico e paisagístico da cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, é monumento integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, na forma e para fins do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público velar pela integridade do referido documento, bem como por sua visibilidade e ambiência;

CONSIDERANDO a conveniência de fixar condições para que as construções nas imediações do mencionado conjunto não lhe perturbem a visibilidade, integridade e ambiência;

CONSIDERANDO que as edificações do núcleo histórico de Ouro Preto são, na sua quase totalidade, de pequeno e médio porte;

CONSIDERANDO a existência

de loteamento aprovado na área do Buraco Quente, denominado Jardim Alvorada, na vizinhança imediata de Ouro Preto;

CONSIDERANDO a inexistência de normas para construções nesta área, especialmente protetoras da paisagem tombada;

CONSIDERANDO estudos procedidos na área por equipe de técnicos relativos e preservação da referida paisagem e do entorno do monumento tombado;

RESOLVE:

I — Fixar em dois pavimentos o gabarito máximo das construções no loteamento Jardim Alvorada; excetuando-se a quadra C, segundo planta anexa, onde só serão permitidas construções térreas;

II — Admitir construções escalonadas, em níveis, fixando, para estes casos, a sobreposição de no máximo dois pavimentos respeitando-se as taxas de ocupação dos incisos V e IX, desta Portaria;

III — Determinar que nos lotes em declive só poderá ser construído um pavimento acima do nível da rua;

IV — Permitir o remembramento de no máximo dois lotes;

V — Fixar as taxas de ocupação em: 50% da área total do lote — segundo parcelamento do terreno em planta aprovada pela SPHAN — no caso de construções térreas e 40% no caso de dois pavimentos; reduzindo estas taxas, quando remembrados dois lotes, para 30% no caso de construções térreas e 20% no caso de dois pavimentos;

VI — Determinar que o recuo mínimo admitido com relação à testada dos lotes, excetuando-se as quadras C e I, será de 3.0 m, e nos fundos de 5.0 m, exigindo-se neste caso, afastamento em uma das laterais mínimo de 3.0 m, podendo o outro lado ser colado às divisas; no caso do recuo frontal ser igual ou maior de 5.0 m, a edificação poderá ser colada nas duas divisas laterais. Será admitida, para certos casos onde a topografia indicar, a

localização de garagem embutida no terreno, na área de recuo.

VII — Determinar que todos os lotes terão uma área mínima de vegetação de 40% de sua parte não edificadas com o plantio obrigatório de duas árvores de porte e copadas podendo ser de pomar;

VIII — Definir para a quadra C, o afastamento mínimo com relação ao fundo dos lotes, em 10,0 m; e de no mínimo 3.0 m em relação a uma das divisas, podendo colar-se, na outra. Serão admitidas construções no alinhamento frontal;

IX — Nos lotes comerciais da quadra I, segundo planta anexa, as taxas de ocupação serão, para construção em um lote, de 40% quando de um pavimento, 30% quando de dois pavimentos, reduzindo-se estas taxas no caso de remembramento de dois lotes, para 30% e 20%, respectivamente. Serão admitidas duas construções por lote, voltadas para os logradouros que o delimitam, desde que a soma de suas áreas respeite as taxas acima determinadas, ou a média entre elas, caso se combine construção de um pavimento com outra de dois pavimentos no mesmo lote;

X — Determinar que os muros de arrimo serão de pedra ou concreto sem revestimento ou pintura;

XI — Determinar que para aprovação dos projetos será exigida a especificação prévia dos materiais a serem empregados nos revestimentos e detalhes exteriores;

XII — Determinar que os materiais empregados nas construções de uma maneira geral, não poderão ter brilho nem cores que sobressaíam na paisagem, sendo obrigatória a cobertura em telhado com telhas de barro.

INAUGURADO MUSEU FERROVIÁRIO DE SÃO JOÃO DEL REY (MG)

São João Del Rey (MG) viveu grande festa no dia 28 de agosto passado quando da inauguração do Museu Fer-

roviário da cidade, evento que marcou as comemorações do centenário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, a "bitolinha", a última em operação no Brasil com bitola de 0,76 metros. À solenidade estiveram presentes o Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, o Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, representando o Ministro Rubem Ludwig, o Governador Francelino Pereira, além de outras autoridades e políticos. Todos viajaram, de Tiradentes a São João Del Rey, nos carros puxados por uma antiga Maria Fumaça comprada aos Estados Unidos em 1881, quando se iniciava a operação da linha entre Sítio e São João Del Rey.

Tida pela população de São João Del Rey como um patrimônio histórico, a linha foi construída com ações do povo, para que as cidades do Oeste mineiro tivessem acesso à Capital do Império — a ferrovia leva à Estrada de Ferro Dom Pedro II. Para os velhos ferroviários, a presença de autoridades na inauguração do Museu deixou a certeza que a "bitolinha" não será desativada.

A inauguração do Museu Ferroviário de São João Del Rey se insere na política de preservação do patrimônio histórico nacional existente nas áreas urbanas, que prevê, ainda, a criação de instituições que guardem a história dos transportes na vida das comunidades brasileiras. O Museu está instalado no antigo armazém de carga da Estação, local onde a Rede Ferroviária Federal desenvolveu obras de adaptação para a colocação de peças de grande porte, como a locomotiva NR-1 e o carro nobre, que conduziu Dom Pedro II. No Museu estão contados os principais acontecimentos da antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, hoje incorporada à Rede Ferroviária Federal.

A Estrada de Ferro Oeste de Minas foi totalmente construída com recursos e esforço físico dos moradores da região, todos inconformados com a exclusão de suas cidades da ferrovia imperial que partia do Rio para o sertão mineiro. A história da Oeste de Minas e do heroísmo de seus construtores está visível nas peças e documentos do Museu Ferroviário de São João Del Rey.

A construção da ferrovia começou em meados do século XIX quando

São João Del Rey foi excluída da rota da ferrovia Dom Pedro II, que iria ligar a Corte ao sertão mineiro. A exclusão foi atribuída, na época, à influência de políticos mais poderosos de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete. Houve os naturais protestos, mas a cidade resolveu reagir de um modo mais positivo: decidiu construir um ramal da estrada até o Município de São João Del Rey.

Apesar do natural descrédito, os idealizadores da aventura não desanimaram. Pediram autorização para emitir ações da empresa e iniciaram uma campanha de mobilização da população. Alguns anos depois a linha estava pronta e recebia seus primeiros vagões.

EM SP, A DISCUSSÃO DA MEMÓRIA ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA

Com o apoio do Museu da Imagem e do Som de São Paulo — MIS, foi realizado, de 16 a 18 de setembro, na capital paulista, o 1º Encontro de Fotografia e Memória Nacional, uma promoção da Comissão de Fotografia e Artes Aplicadas da Secretaria de Estado da Cultura. Visando dar maior atenção à fotografia enquanto meio de informação, o Encontro reuniu, na sede do MIS, pessoas e instituições ligadas a estudos históricos que se utilizam da fotografia como fonte documental, com a finalidade de somar suas experiências e exporem suas idéias de forma sistemática.

A SPHAN/Pró-Memória esteve representada por Clara de Andrade Alvim, Coordenadora de Projetos do órgão, que, em nome do Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, expôs a experiência da instituição no que se refere à fotografia. Disse Clara Alvim que "a fotografia foi e é pensada enquanto instrumento de trabalho e enquanto bem cultural. Nesse último sentido — prosseguiu —, a fotografia constitui-se em um dos objetos do especial interesse da Pró-Memória, que tem-se esforçado por fazer reconhecer o valor do acervo fotográfico do país e o seu papel como meio de conhecimento do processo cultural brasileiro e instrumento de recuperação de dados de nossa dinâmica cultural".

Afirmando que a fotografia é valiosa "para a constituição de uma memória nacional correspondente à complexidade e à dinâmica de nosso processo cultural", a Coordenadora de Projetos da SPHAN/Pró-Memória falou do papel desse bem cultural ao longo da trajetória dos trabalhos da instituição. "Ao longo da história dessas experiências de trabalho, a fotografia exerceu um papel da maior importância, porque, desde os seus respectivos momentos iniciais, tanto o IPHAN quanto o CNRC assumiram a consciência de sua riqueza e potencialidade enquanto fonte de conhecimento e, ao mesmo tempo, linguagem de pesquisa e documentação".

Disse, ainda, que "a memória nacional a que aspiramos, deve ser pensada à imagem da memória humana em toda a sua potencialidade — em plena posse das faculdades de guardar, conservar, associar e dissociar dados e contextos do passado, captando-os para uma consciência presente e viva", ressaltando, em seguida, que a fotografia constitui-se em um dos mais importantes elementos estimuladores da dinâmica da memória nacional.

Além da SPHAN/Pró-Memória, apresentaram trabalhos durante o Encontro o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas do Rio, a Secretaria Municipal de Porto Alegre — Museu de Porto Alegre, o Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, a Fundação Joaquim Nabuco, a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo e o Museu da Imagem e do Som.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA ASSINA NOVOS CONVÊNIOS

A Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa — FUNDEP assinaram, em agosto, convênio com a finalidade de alocar recursos financeiros, no valor de Cr\$ 4.663.260,00, para prestação de serviços, pela Universidade Federal de Minas Gerais, visando a execução do projeto "Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, Pesquisa de Materiais e Técnicas, Restauração de

Peças". O convênio tem prazo de vigência de 365 dias e conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, UFMG e da Província Brasileira da Congregação da Missão-Colégio Caraça.

Ainda em agosto outros convênios foram firmados. Um com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, visando alocação de recursos financeiros para o projeto de restauração do Solar Lopo Gonçalves. O convênio envolve recursos da ordem de Cr\$ 6.440.849,00, tem prazo de vigência de 5 anos e conta com a interveniência das Secretarias da Cultura do MEC, Municipal de Educação e Cultura e de Estado da Cultura, Desporto e Turismo do Rio Grande do Sul. Ainda neste Estado, a Pró-Memória assinou com a Prefeitura Municipal de Pelotas convênio para o projeto de restauração do Teatro Sete de Abril, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 16.802.364,00 e com prazo de 10 anos.

Para complementação do projeto de restauração do Sobrado do Major Selemérico, em Oeiras (PI), a Pró-Memória assinou convênio com a Fundação Cultural do Piauí, no valor de Cr\$ 9.864.435,00. O convênio tem prazo de vigência de 5 anos. Já com a Empresa Sergipana de Turismo — EMSETUR, a Pró-Memória firmou convênio com o objetivo de alocar recursos financeiros para o projeto de restauração da Cadeia Pública de São Cristóvão, destinada à utilização do Centro de Artes da Universidade Federal de Sergipe. O convênio tem valor de Cr\$ 233.471,00, prazo de 10 anos e conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC e da Universidade Federal de Sergipe.

CONGRESSO DISCUTE, EM OURO PRETO, O BARROCO NO BRASIL

De 3 a 7 de setembro, realizou-se em Ouro Preto (MG) o Congresso do Barroco no Brasil/Arquitetura e Artes Plásticas, reunindo cerca de 300 estudiosos procedentes das mais diversas regiões do país, além de Maurice Pianzola (Suíça), Damián Bayón (França), Flávio Gonçalves (Portugal), Teresa Gisbert (Bolívia), Marco Diaz (México), Santiago Sebastian (Espanha), Luís de

Moura Sobral (Canadá) e Ricardo Averini (Itália). O Congresso, uma promoção conjunta do Comitê Brasileiro de História da Arte, Revista Barroco e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, contou com o apoio da SPHAN/Pró-Memória, Universidade Federal e Prefeitura Municipal de Ouro Preto e de outras entidades.

A presença de especialistas estrangeiros e de nomes da intelectualidade brasileira dedicada ao assunto garantiu o êxito do encontro, cujas comunicações se fizeram no auditório da Escola de Farmácia. O Congresso analisou e debateu os aspectos mais diversos do barroco brasileiro e as mais recentes pesquisas de descobertas levadas a efeito nos últimos anos, inclusive no que se refere às correlações estilísticas e formais entre o barroco nacional e o de outros países. O certame teve a sua realização vinculada a uma homenagem a Ouro Preto no ano em que a cidade mineira é reconhecida pela UNESCO, por sua excepcionalidade urbana e artística, como um dos acervos integrantes do patrimônio cultural básico da humanidade.

As programações paralelas, que tiveram lugar no anexo do Museu da Inconfidência, na Casa dos Contos, no Teatro Municipal, na sede da Fundação de Arte de Ouro Preto, nas Igrejas São Francisco de Assis, Antônio Dias e Pilar, e na Praça Tiradentes, constaram de áudio-visuais e filmes sobre a temática barroca, encenação de peça teatral, lançamento do nº 11 da Revista Barroco e de livro sobre Congonhas, concertos sinfônicos, apresentação de banda de música e abertura de exposições. Entre estas últimas, merecem especial referência a Exposição Iconográfica Mineira do Período Colonial e a Exposição Didática sobre o Estilo de Aleijadinho.

O Comitê Brasileiro de História da Arte programou um novo Congresso para 1984, sobre Neoclassicismo, a ser realizado em Petrópolis (RJ).

ENCONTRO VAI DEBATER PRESERVAÇÃO DA ARQUITETURA ALEMÃ

"A Arquitetura nas Áreas de Colonização Alemã: Sua Valorização e Pre-

servação" é o tema do encontro a ser realizado em Florianópolis, de 11 a 13 de novembro próximo, numa promoção conjunta da SPHAN/Pró-Memória e da Fundação Catarinense de Cultura. Durante esses 3 dias, órgãos de cultura, turismo, planejamento e arquitetura, prefeitos e empresários discutirão fórmulas de preservar e valorizar o patrimônio deixado pelos colonizadores alemães em Santa Catarina, onde é mais marcante a arquitetura dos imigrantes europeus.



Arquivo SPHAN

O encontro contará, ainda, com a participação de técnicos alemães que proferirão palestras sobre o assunto, em especial sobre a experiência alemã no que se refere à preservação de seu patrimônio. Os técnicos virão a convite do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. De Porto Alegre virá o professor Günter Weimmer, da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, um dos maiores especialistas no país da arquitetura de enxaimel — técnica de construção de residências em prateleiras, com tramados de madeira em formas verticais, horizontais e com escoras, onde são colocados os tijolos, pedras ou outro material. Em Santa Catarina, os primeiros colonizadores usavam tijolos. De acordo com pesquisas realizadas no Vale do Itajaí, ainda há residências bem conservadas, construídas há mais de 100 anos.

As regiões mais representativas de Santa Catarina, com profundas marcas de seus colonizadores, são o Vale do Itajaí, a região Norte e alguns muni-

cípios localizados na região Sul. Segundo levantamentos realizados por arquitetos da Fundação Catarinense de Cultura, em 17 municípios do Estado foram registradas 38 áreas importantes de preservação, entre urbanas e rurais. Nessas regiões, 170 casas em estilo enxaimel foram catalogadas como as mais representativas da época e que devem ser preservadas.

Os primeiros colonizadores alemães chegaram em São Pedro de Alcântara em 1829. Mas foi no Vale do Itajaí, a partir de Blumenau, que conseguiram prosperar. Hoje, na área, localizam-se 31 municípios e em vários ainda são muito profundas as marcas dos colonizadores, tanto nos costumes, nas tradições, quanto, principalmente, nas residências. Na região de Joinville, as marcas e a importância dos colonizadores também são profundas. Em 1851 chegava a barca "Cólón" com os primeiros imigrantes alemães, suíços e alguns noruegueses.

Embora os colonizadores alemães tenham se expandido para o Rio Grande do Sul, é em Santa Catarina que existe uma arquitetura mais marcante dos imigrantes europeus. A SPHAN/Pró-Memória pretende realizar, também, levantamento arquitetônico em terras gaúchas, onde os imigrantes, em vez de tijolos, usados em Santa Catarina, optaram preferencialmente pela pedra.

CONSELHO DA SPHAN APROVA NOVOS TOMBAMENTOS

O Conselho Consultivo da SPHAN aprovou, por unanimidade, em agosto último, a extensão do tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Petrópolis e das Casas da Torre de Garcia D'Ávila, em Mata de São João, na Bahia. Aprovou, ainda, o tombamento de dois conjuntos de casas e das ruínas do Engenho Murucutu, ambos em Belém (PA).

As ruínas do Castelo Garcia D'Ávila representam um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos e históricos do Brasil. Tombado em 1938, em setembro de 1977 teve ampliada a sua proteção com a inclusão do entorno do monumento, o que

motivou a apresentação de um pedido de impugnação ao Ministro da Educação e Cultura, por parte de interessados no loteamento da área tombada. O processo voltou ao Conselho Consultivo que manteve a decisão de tombamento.

As Casas da Torre de Garcia D'Ávila foram a primeira construção civil em caráter de fortaleza construída no Brasil, em 1551, sendo o seu fundador Francisco Dias D'Ávila. Inicialmente se chamou Torre de São Pedro de Rates ou comumente Tatuapara.

A importância artística do monumento e as características naturais da área que o envolve motivaram a preservação de todo o sítio. Atualmente o local é ocupado por uma fazenda, mas, futuramente, deverá ser transformado em um parque histórico para visitação e lazer.

A área tombada de Petrópolis foi acrescida de cinco conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, quatro complexos ou unidades fabris, dez prédios isolados, além de rios e outras paisagens naturais.

Juntamente com o tombamento das ruínas do Engenho do Murucutu, um dos maiores e mais importantes da região de Belém, o Conselho Consultivo da SPHAN aprovou o tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Governador Malcher, correspondente aos prédios de números 584, 592, 598, 606 e 614 e o que fica em torno, correspondente aos prédios 563, 583, 622, 1063, 1069, 1071, 1079 e 1083. Ainda em Belém, foi aprovado o tombamento do conjunto arquitetônico da Avenida Nazaré, correspondente aos prédios 427, 435, 441, 449, 457, 463 e 489, além do palacete localizado no número 482 da mesma avenida.

LEI PROTEGE CENTRO HISTÓRICO DA LAPA (PR)

A Câmara Municipal de Lapa (PR) aprovou a lei de zoneamento urbano proposta pelo plano diretor elaborado em 1979 por uma equipe coordenada pelo arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra, membro do Conselho Consultivo da SPHAN. O plano estabelece uma série de medidas que visam à preservação do centro histórico da cidade, no qual

estão situadas edificações tombadas pelo Patrimônio, tais como o Teatro São João, restaurado em 1976, e uma casa recuperada pela Prefeitura para abrigar a biblioteca local.

Com o objetivo de harmonizar as novas com as antigas construções o plano diretor estabeleceu uma série de restrições a determinados materiais e formas arquitetônicas: 1) só serão permitidas coberturas com telhas cerâmicas e providas de beirais; 2) nas edificações construídas no alinhamento as aberturas externas deverão guardar as mesmas proporções da arquitetura tradicional; 3) a propaganda comercial deverá utilizar placas de madeira ou metal dispostas perpendicularmente às fachadas; 4) não serão permitidos os revestimentos de fachadas com cerâmica, pedra, azulejo, restringindo-se, portanto, os exteriores ao uso tradicional de argamassa.

O gabarito e a área de lote são outras limitações previstas para o centro histórico. A determinação da altura máxima de um pavimento mais sótão deve-se à análise de escala da área em que somente 17,94% dos imóveis possuem mais de um pavimento. Quanto a área de lote a determinação de um mínimo de 450 m² resultou da necessidade de manter o atual parcelamento das quadras. O plano diretor não estabelece limitações a recuo de novas habitações, no entanto as edificações recuadas deverão ter seus muros frontais com altura mínima de 1,80 m de modo a garantir as perspectivas originais das ruas e becos definidas pelas construções nos alinhamentos.

Segundo a equipe responsável pelo plano diretor, as três funções do centro histórico — comercial, residencial e institucional — foram reconhecidas como a vocação de uso do local.

"Entretanto, nota-se a tendência de uma predominância das funções comercial e institucional em detrimento à residencial. A proibição de certos usos como postos de gasolina, oficinas, supermercados, depósitos e outros deve-se à intenção de preservação de uma escala e um vocabulário urbano aos quais estes programas são incompatíveis, além de apresentarem o inconveniente de geração de tráfego intenso".

Ao delimitar o centro histórico de Lapa o plano diretor teve por objetivo obter um conjunto significativo

como imagem preservada da cidade antiga. "Embora não haja uma harmonia completa, devido a inúmeras descaracterizações sofridas pela arquitetura local, é possível através da restauração de edificações e do remanejamento dos espaços urbanos se alcançar uma homogeneidade relativa".

Pesquisa realizada na área mostrou que grande parte das edificações antigas, embora alteradas, permitem a reversão do processo descaracterizador, retornando à forma original. A qualificação dos edifícios e o estudo tipológico foram os parâmetros que nortearam a delimitação final do centro histórico, de modo a abranger nessa área os conjuntos de maior significação para a memória cultural da cidade.

Em termos de restauração de reciclagem de edificações de interesse cultural, o plano diretor propõe uma maior participação da comunidade na formulação de novas propostas relativas ao assunto. "Para existir de fato essa participação cabe ao Poder Público a conjugação de medidas restritivas com outras de caráter incentivador, como a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano por um prazo de três anos".

SPHAN INAUGURA GALERIA EM CIDADE BAIANA

Com uma exposição de pinturas de artistas baianos e de painéis dos casarios coloniais de Cachoeira (BA), foi inaugurada, dia 14 de agosto passado, naquela cidade, a Galeria de Exposições da SPHAN/Pró-Memória, instalada em uma das salas do andar térreo da Casa Nobre nº 4, que abriga o Museu Regional de Cachoeira. A área onde foi instalada a Galeria recebeu trabalhos de restauração e adaptação, com recursos oriundos da SPHAN/Pró-Memória.

A solenidade contou com a presença do Prefeito Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores de Cachoeira, vereadores, autoridades civis, militares, eclesiásticas e da comunidade. Da programação de abertura da Galeria constou, ainda, a apresentação da centenária Filarmônica Minerva Cachoeirana.

A Galeria de Exposições da SPHAN/Pró-Memória ficará permanentemente em atividade, constituindo-se em local de valor cultural para Cachoeira, abrindo espaço para a divulgação e valorização dos artistas residentes naquela Cidade Monumento Nacional.

BRASIL DOA À VENEZUELA QUADRO DE ABREU E LIMA, GENERAL DE BOLÍVAR



Arquivo SPHAN

Por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Herrera Campins, o Presidente João Figueiredo fez a doação ao Governo venezuelano de quadro a óleo do General José Ignacio de Abreu e Lima, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, em 11 de agosto deste ano.

O retrato de Abreu e Lima fora encomendado ao pintor pernambucano Reynaldo Fonseca, por iniciativa da SPHAN/Pró-Memória e do Itamaraty. O militar foi retratado com o uniforme de General de Bolívar, e o quadro destina-se ao Salão Elíptico do Congresso Nacional da Venezuela, em Caracas, onde se encontram, igualmente, os demais heróis da campanha da independência da Venezuela.

O Presidente Figueiredo proferiu discurso na solenidade de entrega do quadro ao Chefe de Governo venezuelano, exaltando a figura de Abreu e Lima como primeiro traço de união entre o Brasil e a Venezuela (Abreu e

Lima era pernambucano de nascimento) e manifestou a esperança de que a estrada que liga Manaus a Caracas venha a se chamar Abreu e Lima.

RESTAURADA A CASA DO ANTIGO ALUNO DE OURO PRETO

Dentro das comemorações da passagem do 105º aniversário da Escola de Minas de Ouro Preto, foi inaugurada, no dia 10 de outubro passado, em Ouro Preto, a Casa do Antigo Aluno da Escola de Minas, cujas obras de restauração foram executadas pela Universidade Federal de Ouro Preto, com o apoio financeiro da SPHAN/Pró-Memória. O imóvel vai abrigar as instalações de um clube recreativo para os sócios da Associação dos ex-alunos da Escola de Minas, uma sociedade por quotas formada por ex-alunos e professores daquele estabelecimento de ensino.

O imóvel, uma edificação residencial construída provavelmente em fins do século XVIII, localiza-se na área tombada de Ouro Preto. Foi adquirida em 22 de outubro de 1974 pela Associação dos ex-alunos da Escola de Minas que, através da venda de quotas, pagou integralmente o imóvel e deu início à sua restauração, não a concluindo por falta de recursos. Com o numerário resultante da venda de quotas foram recuperadas as paredes, forros e o telhado. Graças à assinatura de convênio entre a SPHAN/Pró-Memória e a Universidade Federal de Ouro Preto as obras puderam ter continuidade, e, agora, prepara-se a instalação do clube nas dependências do imóvel.

A Casa do Antigo Aluno da Escola de Minas de Ouro Preto permanece com sua estrutura arquitetônica original, sendo provável que tenha sido construída de maneira contínua, sem interrupções ou acréscimos posteriores. Não há documentos referentes à edificação anteriores a 1911. Até esta data, o imóvel pertenceu à família Brito, quando foi vendido ao Comendador Joaquim Affonso Painhos. Com a morte deste, em 1920, a sua viúva, Adelina Coelho de Magalhães, vendeu a Odorico Rodrigues de Magalhães, professor da Escola de Minas

de Ouro Preto. Em 22 de outubro de 1974, os herdeiros do professor Odorico venderam o imóvel para a Casa do Antigo Aluno da Escola de Minas de Ouro Preto, sociedade que estava sendo formada naquela época.

Na data de aquisição, o imóvel encontrava-se em estado de completo abandono, situação que já perdurava por vários anos. Daí, deu-se início aos trabalhos de recuperação da edificação que agora chegam ao seu término.

PAULISTAS TERÃO DE VOLTA CONSERVATÓRIO MUSICAL

Dentro de dois anos o prédio neoclássico da Avenida São João, em São Paulo, pertencente ao Conservatório Dramático Musical, será devolvido à cidade totalmente restaurado. O imóvel encontra-se em péssimo estado de conservação e não oferece as mínimas condições de segurança: o forro está descolando, o telhado, que não foi conservado durante muitos anos, faz com que o local fique alagado em dias de chuva forte. E móveis e pianos preciosos — um Steinway de meia cauda e um Baldwin antigo — estão infestados de cupins.

As obras de restauração estarão sob a responsabilidade da Empresa Municipal de Urbanização que fez pesquisas apuradas antes de definir o projeto. Por trás do velho edifício será construído um prédio de oito andares. A entrada deixará de ser feita pela Avenida São João; será pela rua Conselheiro Crispiniano, o que diminuirá bastante a distância com o Teatro Municipal, com que o conservatório, em sua nova fase, voltará a ter estreitas relações.

Já existe verba de 65 milhões de cruzeiros para a construção e a restauração. A Secretaria Municipal de Cultura alocou 6 milhões para a conservação e a manutenção do prédio e para a implantação de novos cursos, como regência, balé clássico e moderno e saxofone, que serão ministrados ao lado dos cursos já existentes: piano, violino, oboé, clarineta, violão, etc.

O "hall" do velho prédio será transformado no primeiro museu de música brasileira, com partituras nacio-

nais e estrangeiras de várias épocas. O conservatório está pedindo aos ex-alunos possuidores de peças musicais antigas que lhe façam doações.

Com 100 contos de réis, dotados pela Câmara Municipal, foi possível comprar o edifício — construído para ser hotel (Joachim's Hotel e depois Hotel Panorama) — e ali instalar o conservatório, fundado em 1906 por Pedro Augusto Gome Cardim e funcionando precariamente na rua Brigadeiro Tobias, em prédio de propriedade da Marquesa de Santos. A escolha do imóvel da Avenida São João deve ter sido feita por dois motivos: a ampla sala de concertos e a proximidade com o Teatro Municipal, condição importante para o bom funcionamento.

Em breve, o conservatório se transformaria na glória da cidade. Entre os seus fundadores e professores, nomes como Camargo Guarnieri, Francisco Mignone e Mário de Andrade. Mais de dois mil alunos por ano. E uma biblioteca famosa — existente até hoje com 19 mil volumes, alguns deles raríssimos, como "Theatro de Vari", da Editora In Veneza, datado de 1598.

Apesar de ter perdido o prestígio como instituição, o conservatório ainda existe graças à dedicação dos professores, alguns deles com mais de 20 anos consecutivos de ensino. Eles recordam os tempos em que o conservatório abria suas portas ao público, em noites memoráveis, para apresentação de artistas famosos.

Com a recuperação do prédio, todos esperam que esses tempos voltem. E a cidade de São Paulo terá, recuperado e valorizado, um dos edifícios que fazem parte do seu patrimônio cultural.

MUSEU REPRESENTA RESIDÊNCIA RURAL DO SÉCULO XIX

Mobiliário, vidros, cristais, esculturas, porcelanas, opalinas, luminárias e relógios constituem o acervo do Museu Solar Monjardim, criado pelo antigo IPHAN e integrante do Grupo IV das Unidades Museológicas do órgão. O Museu começou a funcionar em março do ano passado, por meio de convênio

assinado entre a Universidade Federal do Espírito Santo e a SPHAN/Pró-Memória, após a conclusão das obras de restauração iniciadas em 1969 pelo IPHAN. A exposição apresentada pelo Museu ilustra, de maneira geral, a reconstituição de uma residência rural do século XIX.

Considerado por técnicos como um dos mais significativos exemplares da arquitetura rural do litoral Sudoeste do Brasil, o Solar foi construído no final do século XVIII, por determinação do Capitão Mór Francisco Pinto Homem de Azevedo. A residência passou a pertencer à família Monjardim devido ao casamento entre o Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim com D. Anna Luzia, filha de Francisco Pinto Homem de Azevedo. Logo após, o Barão Alpheu Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida passou a residir no Solar juntamente com a esposa e filhos. Daí em diante seus descendentes ocuparam a residência sucessivamente.

No Governo de Jones dos Santos Neves, o Solar foi alugado aos descendentes do Barão para instalação do Museu Capixaba. Em 1966 concretiza-se a transferência dos acervos do Museu Capixaba e Museu de Arte Sacra para a Universidade Federal do Espírito Santo, conforme a Lei nº 2204 de 17 de janeiro de 1966 e respectivo decreto nº 2272 de 30 de novembro do mesmo ano.

Sob a jurisdição da UFES foi criado um único museu com os dois respectivos acervos, dando-lhe o nome de Museu de Arte e História. No mesmo ano a UFES iniciou processo de desapropriação do terreno e do respectivo imóvel, o que somente veio a se concretizar em 1978 em decorrência de recursos financeiros do IPHAN e pelo respectivo mandato de imissão de posse passado pela justiça federal. Em 1969 iniciaram-se as obras de restauração por parte do IPHAN, o que leva ao fechamento à visitação do acervo. Dez anos depois, a Universidade Federal do Espírito Santo iniciou gestões junto ao IPHAN, visando ao convênio para abertura do Museu. Em março de 1980, o convênio é firmado e o Museu Solar Monjardim é aberto à visitação pública.

LIVROS E TESES

IMPACTO DE LA URBANIZACIÓN EN LOS CENTROS HISTÓRICOS DE AMÉRICA LATINA. *Proyecto Regional de Patrimonio Cultural. PNUD/UNESCO, Lima, 1981.*

Publicação que abrange estudo encomendado pela Direção do Programa Regional de Patrimônio Cultural, com sede em Lima. O Programa é financiado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e executado através da UNESCO.

O estudo busca revelar, de uma maneira preliminar, as diversas formas como o processo de urbanização afeta a estrutura física e sócio-econômica dos centros antigos da América Latina, sugerindo uma série de programas e projetos que possam implementar-se a curto e médio prazo, que sirvam para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes e, ao mesmo tempo, para ajudar a conservar o patrimônio histórico-arquitetônico-urbanístico e cultural.

Os centros históricos foram tratados como áreas sociais, ou seja, como lugares de vida e trabalho; áreas econômicas, espaços com atividades formais e informais vinculadas à cidade; áreas culturais, ou seja, testemunhos para a história social e a história da arquitetura que contribuem para a identidade cultural do país e de seus habitantes; áreas urbanísticas, com exemplos arquitetônicos, espaços urbanos e usos do solo que refletem, em parte, formas de vida e aportes estéticos do passado parcialmente modificados pelo processo sócio-econômico e de urbanização contemporâneos; e, finalmente, como um meio ambiente sujeito à pressão de ciclos transformadores na história da cidade e da região.

Participaram do estudo técnicos do México, Peru, Bolívia, Argentina, que, de comum acordo com a Direção do Programa financiado pelo PNUD e executado pela UNESCO, elegeram as cidades de Salvador, Cusco e Quito como os casos-tipo apresentados pela publicação, primeiro passo rumo a estudos mais profundos sobre cada um dos referidos casos, nos quais participam, entre outros profissionais, Rodrigo Pallares, do Equador, Víctor Pimentel, do Peru, e Augusto Silva Telles, do Brasil.

FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS. A ECONOMIA AÇUCAREIRA. Recife, MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981.

Com textos editados por José Antônio Gonsalves de Mello, esta é a primeira de uma série de publicações da Direção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes intitulada Fontes para a História do Brasil Holandês, que se propõe a pôr ao alcance dos estudantes universitários, em especial, e de outros interessados, em geral, os textos básicos para o conhecimento daquele período do passado nacional. A série tem início com A Economia Açucareira, que contém documentos referentes à economia açucareira do Nordeste, e deverá prosseguir com outros volumes acerca da administração das Capitanias conquistadas; da religião Reformada e suas relações com a Igreja e a população católica, com os judeus e a religião judaica e com as populações indígena e africana; da história militar; da etnografia tupi e tapuia e de outros temas.

As fontes históricas, cuja divulgação se inicia, estão em parte publicadas em revistas e em livros raros e de difícil acesso; em parte permanecem inéditas em arquivos europeus, umas e outras fora do alcance dos leitores a que principalmente se destina esta série.

Os documentos agora publicados foram escritos, na quase totalidade, em língua holandesa e foram traduzidos para o Português em épocas diversas; em todos os casos essas traduções foram revistas, visando-se sobretudo a fazê-las o mais fiel possível à redação original, pois que com a mais exata equivalência ao texto original pode a tradução ser utilizada como fonte segura de informação histórica.

A documentação incluída no primeiro volume da referida série revela o interesse holandês pela produção açucareira, o qual explica em larga parte a iniciativa holandesa da conquista do Nordeste. Desde fins do século XVI iniciou-se e ampliou-se no começo do seguinte a participação holandesa no transporte do açúcar do Brasil para o Norte da Europa, depois de beneficiado nas refinarias que começaram a surgir em grande

número nos Países Baixos.

SILVA, José Afonso da. *Aspectos Jurídicos do Patrimônio Ambiental.* São Paulo, 1981.

Publicação do Curso de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano ministrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Em 39 páginas, o autor aborda temas como o direito de propriedade e direito de construir, seus conceitos e limitações; a ordenação jurídica do uso do solo, expondo a experiência estrangeira no que se refere ao problema do solo criado, o direito de construir e a proteção ambiental; a proteção jurídica do meio-ambiente, conceito e classes de meio-ambiente (artificial, natural e cultural); e as áreas de preservação histórica, cultural e paisagística, abordando a questão da revisão e cancelamento do tombamento, entre outras.

Em suas conclusões, a publicação afirma que “a tutela jurídica dos bens culturais ambientais como todos os integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional está razoavelmente estruturada, de um ponto de vista normativo, apesar de tratar-se de legislação bastante antiga”. No entanto, diz que “a falta de recursos financeiros, técnicos e principalmente institucionais não têm conseguido cumprir as exigências conservacionistas, deixando que bens tombados sejam destruídos ou se deteriorem à míngua de medidas conservadoras e restauradoras eficazes e eficientes. “Em seguida, reclama “uma revisão da legislação, para atualizá-la (e edição de normas nos Estados e Municípios ainda carentes de sistema normativo de proteção do patrimônio cultural e paisagístico) e para instituir organismos regionais e locais destinados a administrar os bens tombados”.

VARELA, Sebastião. *O Candango na fundação de Brasília.* Brasília, 1981.

Segundo volume da Série Patrimônio Cultural, publicada sob o patrocínio do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, o Candango na fun-

dação de Brasília aborda, em poesia de cordel, aspectos que vão da construção à inauguração de Brasília, a partir do enfoque do homem que participou ativamente deste processo de enriquecimento de uma cidade. Sebastião Varela é natural de Campina Grande (PB) e veio para Brasília, em 1958, onde trabalhou como pedreiro, na montagem e manutenção de elevadores, para, em 1962, empregar-se como contínuo na Universidade de Brasília, onde permanece até hoje. Como poeta, Varela já escreveu diversos folhetos de cordel.

Segundo a Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, professora Eurides Brito, que faz a apresentação da obra, o livro de Varela "representa mais do que uma manifestação folclórica de nossa literatura oral: constitui-se, de fato, em um documento histórico sobre Brasília". Para o professor Cassiano Nu-

nes, do Departamento de Letras da Universidade de Brasília, que prefacia o livro, "o poema de Sebastião Varela é irregular em vários aspectos da arte poética tradicional, inclusive a popular". E explica: "varia no que se refere ao metro, à estrofação e à rima. Tião escreve uma linguagem sua (...)".

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

A publicação dá continuidade à série dos boletins editados pelo Museu da Casa Brasileira, com a finalidade de divulgar a matéria abordada nos seminários realizados a partir de 1973 e abertos a todos os interessados, no intuito de promover não somente o convívio intelectual entre estudiosos, como estimular a pesquisa nos vários setores da história e cultura brasileiras.

Instalado no Solar Fábio Prado desde 1970, o Museu da Casa Brasileira tem por objetivo coletar, estudar e expor o mobiliário brasileiro a partir do século XVI. Seu arquivo reúne cerca de 2.500 volumes onde predominam as coleções de documentos, literatura de viajantes, ensaios sobre aspectos gerais da História do Brasil, estudos sobre museologia, mobiliário, cerâmica, catálogos e revistas de cultura, que estão à disposição de pesquisadores, estudantes e demais interessados.

O acervo do Museu da Casa Brasileira é mostrado através de exposição permanente, contando ainda com exposições temporárias ligadas ao nosso habitat e às artes brasileiras.

A presente publicação tem por objetivo proporcionar uma visão mais abrangente e, principalmente, preservar importante parte da memória cultural do país.

CARTAS

ENTROSAMENTO

"Nos dirigimos a V. Sa. por entender que existe fundamental importância e necessidade extrema num maior entrosamento entre órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio e escolas de arquitetura (...) Temos uma realidade que, presumimos, não seja exclusivamente nossa, e, por isso mesmo, acreditamos que somente um esforço conjunto de órgãos, entidades e escolas de arquitetura poderá produzir bons resultados.

Atualmente, numa tentativa de ter desde o primeiro ano uma abordagem da preservação do patrimônio em nosso curso, iniciamos com nossos alunos um trabalho de inventário de proteção do acervo cultural de Ribeirão Preto (...) Temos a pretensão de alcançar um resultado satisfatório, em documentar o patrimônio cultural da cidade, em sensibilizar a população e, quem sabe, em promover a preservação de fato desse patrimônio". — Alzira Margarida Licht — Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/I.M.L. — Ribeirão Preto (SP).

NR — Comungamos do mesmo ponto de vista de V. Sa. A SPHAN/Pró-Memória tem procurado manter estreito contato com as escolas de arquitetura do país, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e demais instituições que lidam com a questão da preservação do patrimônio nacional, tendo participado, através de seus técnicos, do 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais, realizado em julho, na capital paulista. Nesse encontro, a SPHAN/Pró-Memória defendeu a necessidade de se incluir nos currículos das escolas de arquitetura do país a problemática da preservação do patrimônio, essencial, no nosso entender, para a atuação do futuro profissional arquiteto.

ERRO

"Sirvo-me desta para comunicar-lhes que tenho recebido regularmente as publicações dessa nobre instituição, parabéns! ... Vossa obra, além de restaurar nossos valores históricos e culturais soterrados pelo indiferentismo

contemporâneo, está colocando à mostra um erro econômico que vem sendo praticado no Brasil: o hábito de relegar estruturas econômicas implantadas "debaixo de luta e sofrimento" por nossos antepassados, como é o caso da velha ferrovia MADEIRA-MAMORÉ. A restauração dessa ferrovia é um imperativo da consciência brasileira e merece o apoio de todos os brasileiros patriotas, principalmente neste momento de crise energética mundial, em que o transporte ferroviário se impõe, ao lado do hidroviário, como alternativa insuperável" — Pery Rodrigues Silveira. Rua Vale Machado 1179, Santa Maria (RS).

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K — 70.710 — Brasília, DF. Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.